

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA-UFSC

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**A REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA EMPENHADA PELO BANCO
ITAÚ S.A. NO ACERTO DE SUAS QUESTÕES, APÓS O PLANO REAL
ATÉ O ANO DE 2007**

GIANNI FELIPPE PELLEZZI

**FLORIANÓPOLIS
2009**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA-UFSC

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**A REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA EMPENHADA PELO BANCO
ITAÚ S.A., NO ACERTO DE SUAS QUESTÕES, APÓS O PLANO REAL
ATÉ O ANO DE 2007**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Contábeis, do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Dr. Sergio Murilo Petri

**FLORIANÓPOLIS
2009**

GIANNI FELIPPE PELLEZZ

**A REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA EMPENHADA PELO BANCO ITAÚ
S.A., NO ACERTO DE SUAS QUESTÕES, APÓS PLANO REAL ATÉ O
ANO DE 2007**

Esta monografia foi apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo nota (média) de....., atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo mencionados.

Prof. Dra. Valdirene Gasparetto

Coordenadora de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis.

Professores que compuseram a banca:

Prof. Dr. Sergio Murilo Petri

Departamento de Ciências Contábeis

Prof. Dr. Orion Augusto Platt Neto

Departamento de Ciências Contábeis

Prof. Dr. Luciano Rosa

Departamento de Ciências Contábeis

Florianópolis, 01 de julho de 2009

RESUMO

PELLENZ, Gianni Felipe. **A reorganização societária emprenha pelo Banco Itaú S.A., no acerto de suas questões, após o Plano Real até o ano de 2007.** Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009

O presente estudo, objetiva analisar o desempenho do Banco Itaú S.A., nas reestruturações societárias do ano 1994 até o ano de 2007. Para abordagem, foram efetuados levantamentos bibliográficos para compreensão do tema e coleta de dados secundários da Instituição. Com base no estudo científico, foi utilizando o método estudo de caso, com tipo da pesquisa descritiva. Na investigação, o tipo de amostragem foi definido pelo critério não probabilístico, selecionado a instituição no ranking do Banco Central, com os maiores saldos nas principais contas de Resultado e do Ativo nos últimos nove anos. Justifica-se este estudo, por contribuir para aumentar a compreensão da reorganização societária, empenhada pela Organização, e seus resultados econômicos – financeiros, no período estudado. Assim, destinado a todos os interessados no tema. Conclui-se que, a implantação do plano Real foi o fato gerador de mudanças profundas dentro da economia brasileira. Para o setor bancário, aqui evidenciado neste estudo, percebe-se que as instituições bancárias do Sistema Financeiro Nacional se reorganizaram sob novas estratégias, para manter suas receitas. Dentro desse contexto político e econômico, foi analisado o desempenho pelo resultado dos indicadores de rentabilidade, liquidez e de estrutura no Banco Itaú S.A. Apresentado seu crescimento, baseado em uma política de expansão, por meio das reorganizações societárias, efetuadas em um único segmento de mercado. Mostrou dessa forma um comportamento característico e eficaz, evidenciado pelos resultados de crescimento constante e forte atuação no segmento.

Palavras-chave: Instituição Financeira; Reorganização; Sistema Financeiro Nacional; Banco Itaú S.A.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado a vida e saúde, sempre iluminando o meu caminho.

À minha mãe, pelo carinho, apoio, compreensão e motivação. Mesmo não estando presente em todos os momentos, sempre a considero comigo, ao meu lado no coração. Minha eterna gratidão.

Ao meu pai, pelos questionamentos e preocupação com meu progresso acadêmico.

A minha família, pelas palavras de coragem, preocupação e empenho em ver o meu curso concluído com êxito. Não poderia deixar de mencionar os grandes incentivadores desse trabalho, Maria de Lourdes, Celina, Ricardo, Tereza, Bernadete e Jaqueline, pela compreensão em todos os momentos.

Ao professor Sergio Murilo Petri, por sua orientação na realização deste trabalho.

Aos professores e funcionários do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina pelos conhecimentos repassados na realização do curso.

Aos meus amigos e colegas que me ajudaram em todos os momentos sacrificados do lazer.

A todos que, direta ou indiretamente contribuíram para o meu crescimento pessoal e intelectual, meu muito obrigado.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SFN – Sistema Financeiro Nacional

S/A – Sociedade Anônima

LSA – Lei das Sociedades por Ações

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

BACEN – Banco Central do Brasil

BB – Banco do Brasil S/A

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CDB – Certificado de Depósito Bancário

DOAR – Demonstração de Origens e Recursos

DMPL – Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Operação de Incorporação.....	19
Figura 2 – Operação de Fusão	20
Figura 3 – Operação de Cisão Total	21
Figura 4 – Operação de Cisão Parcial	21
Figura 5 – Evolução da Inflação através do IGP-M, período entre 1989 a 2007.....	28
Figura 6 – Receitas Inflacionárias das Instituições Bancárias (%).....	29
Figura 7 – O caminho a percorrer pelos Bancos na Busca da melhoria da sua competitividade e melhoria da rentabilidade	33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Total acumulado de Fusões e Aquisições por setor, desde 1994 a 2007.	31
Quadro 2 – Sistema Bancário: evolução na quantidade de instituições bancárias 1988 a 2007.....	32
Quadro 3 – Evolução no numero de agências bancárias 1989 / 2007.....	32
Quadro 4 – Rentabilidade média (Lucro Líquido / Patrimônio Líquido) dos bancos brasileiros em %	33
Quadro 5 – Comparativo entre as principais contas de resultado	61
Quadro 6 – Relação Operações com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	62
Quadro 7 – Índice de Estrutura – Imobilização dos Capitais Próprios	63
Quadro 8 – Indicativo da quantidade: Pontos de Venda e Número de Caixas Eletrônicos	63
Quadro 9 – Índice de Estrutura – Lucro por Ação e Valor Patrimonial	64
Quadro 10 – Índice de Liquidez – Encaixe Voluntário, Liquidez Imediata e Índice Empréstimos/Depósitos.....	65
Quadro 11 – Índice de Rentabilidade – Retorno sobre Ativo e Retorno sobre o Investimento Total.....	65
Quadro 12 – Índice de Rentabilidade – Retorno sobre o Patrimônio Líquido e Eficiência Operacional.....	66

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	1.1 TEMA E PROBLEMA	11
1.2	OBJETIVOS	12
1.2.1	Objetivo Geral	12
1.2.2	Objetivos Específicos	12
1.3	JUSTIFICATIVAS	13
1.4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	13
1.5	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	15
1.6	ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	16
2	FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS	18
2.1	FORMAS DE REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA	18
2.1.1	Incorporação	19
2.1.2	Fusão	20
2.1.3	Cisão	21
2.1.4	Transformação	22
2.2	ASPECTOS QUE INFLUENCIAM NA REORGANIZAÇÃO	22
2.3	AValiação DE ENTIDADES NA TOMADA DE DECISÃO	24
2.4	CONTABILIDADE PARA TOMADA DE DECISÃO	26
2.5	CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO NO SETOR BANCÁRIO	27
2.5.1	Antes da Implantação do Plano Real	27
2.5.2	Após Plano Real até ano 2007	30
2.6	SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	34
2.6.1	Conselho Monetário Nacional	35
2.6.2	Banco Central do Brasil	36
2.6.3	Comissão de Valores Mobiliários	38
2.6.4	Banco do Brasil S.A.	40
2.6.5	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social	41
2.6.6	Demais instituições financeiras públicas e privadas	42
2.7	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS	43

2.8	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NÃO BANCÁRIAS	45
2.9	INSTITUIÇÕES AUXILIARES DO MERCADO	47
2.10	INSTITUIÇÕES NÃO FINANCEIRAS	47
2.11	COSIF	48
2.12	INDICES NA AVALIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	50
2.12.1	Método de Análise das Demonstrações Contábeis.....	50
2.12.2	Índices de Estrutura	52
2.12.3	Índices de Liquidez.....	54
2.12.4	Índices de Rentabilidade.....	55
3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA EMPRESA	57
3.1	BANCO ITAU S/A – CONTEXTO HISTÓRICO	57
3.2	ANÁLISE DOS INDICADORES	60
4	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	67
4.1	QUANTO AO PROBLEMA DA PESQUISA	67
4.2	QUANTO AOS OBJETIVOS	68
4.3	SUGESTÃO PARA FUTUROS ESTUDOS.....	69
	REFERÊNCIAS	70
	ANEXOS	74

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia trata das mudanças econômicas geradas por políticas de governos dentro do Brasil. Mudanças no setor bancário da economia, onde a matéria está inserida, fazem parte da realidade de muitas organizações.

Dentro deste cenário, a escolha do tema surgiu como necessidade de uma maior abordagem aos resultados apresentados pelas Instituições Financeiras, motivado ainda pela sua atualidade e envolvimento na área contábil.

Identificaram-se no Sistema Financeiro Nacional, dois momentos distintos para o setor. Antes da implantação do plano econômico Real em 1994, após várias outras reformas estruturais, com uma economia de elevada inflação e no segundo momento ao plano, até o ano de 2007 apresentando uma situação inversa.

As instituições financeiras sentiram necessidade de se adaptar, com novas formas e ajustes nas políticas de gerenciamento estratégico. As dificuldades para se obter crédito e os elevados juros sobre o capital reprimiram os empresários e pessoas físicas até implantação do plano econômico. A grande mudança na economia deu início ao processo de estabilização monetária, transformando o cenário nacional, dando oportunidade assim aos empreendedores provocando uma reforma política e social do país.

Neste ambiente está inserido o Banco Itaú S.A., aqui analisado evidenciando suas reorganizações societárias, previstas em lei permitindo a empresa alterar seu capital. Assim identificar seu desempenho econômico-financeiro no período abordado pelo estudo.

Buscou-se alcançar os resultados, através de métodos característicos do estudo científico para investigação e condução da pesquisa. Sendo assim, foi utilizado o método estudo de caso de pesquisa descritiva. Utilizando-se de materiais já publicados, com intenção de relatar as mudanças econômicas sofridas, com destaque para setor bancário. Este trabalho será dividido em quatro capítulos, apresentando-se em subseções onde serão tratados os aspectos relacionados ao tema.

O capítulo inicial trata da apresentação do tema da pesquisa, situando num contexto como justificativa para a escolha do tema e seus objetivos. A delimitação da pesquisa bem como a descrição dos métodos e procedimentos que serão utilizados.

No capítulo seguinte, descreve-se a fundamentação teórica por meio de revisões de estudos anteriores. Descrevendo as formas de reorganização societária e a contabilidade em evidência para tomada de decisão, na avaliação de empresas de modo mais eficiente. Uma

contextualização do cenário econômico brasileiro no setor bancário, a caracterização do Sistema Financeiro Nacional, com destaque para as Instituições Financeiras bem como uma abordagem aos índices para avaliação de instituições financeiras.

No terceiro capítulo, apresenta-se a empresa escopo da pesquisa, Banco Itaú S.A. Um contexto histórico desde sua fundação até ano de 2007. Após é aplicado os índices selecionados, nos demonstrativos contábeis, para então chegar à análise dos seus indicadores econômico-financeiros.

Por fim, no quarto capítulo discute-se as conclusões quanto aos problemas e objetivos da pesquisa. Sendo possível assim oferecer sugestões para futuros estudos.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Um dos temas que esteve em alta no mercado financeiro, foi a profunda mudança que o mesmo sofreu com a implantação do Plano Real em meados de 1994. Da mudança radical no rumo da economia brasileira, com a implantação de um novo plano econômico, destaca-se, conforme Paula (1999, p. 02) que “o processo de estabilização de preços, ou seja, o controle de inflação, o que reduziu as receitas bancárias produzidas pelos ganhos através de indeterminação financeira”.

Naquele ambiente, as instituições financeiras buscaram mudanças de postura para o melhor desempenho entrando em um processo de reestruturação em diferentes aspectos. A redução de custos, com a diminuição da quantidade de agências e de funcionários, foi buscada por meio da licença operacional e de novas tecnologias.

No segundo período de ajustes econômicos e estabilização no mercado financeiro, deu-se uma nova etapa no processo do setor bancário brasileiro.

Caracterizou-se os anos 90 pela drástica redução do número de instituições com movimento de concentração, no qual, segundo Corazza (2000, p. 12) afirma ter havido redução de 17 para 10, o número de bancos que detinham ativos superiores a R\$ 1 bilhão entre 1994 a 1998. Entre outras razões, para esses números estão a entrada de capital estrangeiro na privatização dos bancos públicos e reestruturação empresarial.

Este último fato faz-se revelar que o tema traz à realidade de acontecimentos ocorridos no período de 1994 até 2007. Ao competir em um único setor, o Banco Itaú S.A., empresa aqui estudada, manteve-se concentrada em área limitada dos negócios, seguindo a

linha de incorporações. Nesse período, o Banco Itaú adquiriu o Banco BANERJ S.A.(1997), Bemge (1998), o Banestado (2000) e o BEG (2001) entre outros.. Diante dessa realidade, uma das questões a ser considerada é: como os ajustes na Organização contribuíram para melhorar seu desempenho nas estratégias de negócios, a partir do Plano Real?

1.2 OBJETIVOS

Nesta seção, apresentar-se-á os objetivos que ajudarão a resolver o problema da pesquisa definida na seção anterior.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é analisar e evidenciar os ajustes, com base no desempenho (por meio de indicadores econômico-financeiros), nas reestruturações dentro do período abordado para o Banco Itaú S.A., em consideração com cenário econômico do período.

1.2.2 Objetivos Específicos

A partir do objetivo geral, houve a necessidade de se aprofundar no comportamento da Instituição em questão, respondendo aos seguintes objetivos específicos:

- a) Explicar, dentro de um contexto histórico o cenário econômico brasileiro onde está inserida a instituição financeira;
- b) Analisar a participação do Banco Itaú do ano de 1994 ao final de 2007 no cenário econômico brasileiro; e
- c) Mensurar, através de indicadores econômico-financeiros, os resultados obtidos pela Organização através das reestruturações societárias.

1.3 JUSTIFICATIVAS

O estudo justifica-se na busca de dados e informações que levem a um entendimento da reorganização pelo qual o setor bancário passou no período pesquisado. Neste ambiente econômico onde o Banco Itaú está inserido, utilizar-se-á comparação dos índices econômico-financeiros após o plano Real, até o ano de 2007, para então traçar um paralelo do resultado econômico do banco com o cenário da economia. Baseado na interpretação de Matarazzo (1998, p. 189) quando trata “a comparação dos índices de uma empresa com os valores observados nos anos anteriores revela-se bastante útil por mostrar tendências seguidas pela empresa”. Assim, apresentado na forma de reestruturação societária, aproveitando todo o potencial da organização. Ao se evidenciar estes processos busca-se um tema ainda pouco explorado, porém como um assunto promissor.

Vindo de um contexto a importância se dá pelos novos conhecimentos e experiências que foram adquiridas pela organização nessas transações. O período analisado iniciou-se na mudança do plano econômico até o ano de 2007. Sendo assim, escolheu-se esse último ano, data anterior ao início do projeto, com todos os demonstrativos desse exercício já publicados e auditados.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização do trabalho científico, a metodologia aplicada é a melhor forma para elaboração. Primeiramente busca-se compreender alguns conceitos básicos a fim de entender o processo e em seguida uma descrição da metodologia utilizada para se chegar ao objetivo determinado.

Dentro do histórico do método científico, ele pode ser separado por níveis de conhecimento existentes. Cervo; Bervian (2005, p. 6) separam quatro tipos: conhecimento empírico; científico; filosófico e teológico. Este trabalho se baseia em conhecimento científico para análise do evento, por conta da sua objetividade, através de métodos para coleta de dados e o interesse intelectual na busca de explicações. Essas razões são o que diferem dos outros conhecimentos.

O presente estudo pode ser caracterizado como uma monografia se propõe a agregar

conteúdo ao tema exposto. De acordo com Mezzaroba e Monteiro (2003, p.118) “deve ser rigoroso no seu tratamento, devendo acrescentar alguma coisa de interessante e produtiva sobre o assunto escolhido.” Na pesquisa, tendo como objeto um fenômeno específico, recebe a denominação do autor “estudo de caso”. Pois de forma específica, será avaliado o assunto.

Recurso também utilizado por Pádua (2004, p. 55), para desenvolvimento da pesquisa, expõe mais seis principais recursos:

- “pesquisa bibliográfica, experimental e documental;
- entrevistas;
- questionários e formulários;
- estudos de caso;
- relatos experiências / relatórios de estágios; e
- observação sistemática.”

Quanto ao objetivo, se dará com uso do método de estudo de caso, de igual forma definido por Gil (2002, p.54):

estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, que permita seu amplo e detalhado conhecimento. [...] é encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real. [...] os propósitos não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados.

Quanto aos procedimentos, se caracteriza como uma pesquisa descritiva, pois todo estudo foi desenvolvido utilizando-se de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, periódicos e outros materiais disponíveis na internet. Tem como objetivo primordial “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relação entre variáveis”. (GIL, 2002, p. 42).

Foram levantadas as características da empresa pesquisada através dos relatórios da administração, publicados no período 1994 até 2007. Relatórios estes que obedecendo aos princípios de contabilidade e normas exigidas pela legislação são publicados periodicamente, à disposição de qualquer usuário.

Na seqüência, fez-se a abordagem do problema, para se alcançar o objetivo, reunindo base de dados disponível sobre a instituição. Diante dos elementos que se tem para pesquisa, ela classifica-se como pesquisa quantitativa e qualitativa, pois segundo Mezzaroba e Monteiro (2003, p. 106):

Se o objeto da pesquisa se prestar a qualquer tipo de medição [...] O perfil desse tipo de pesquisa é altamente descritivo, o investigador pretenderá sempre obter o maior grau de correção possível em seus dados [...]. Descrição rigorosa das informações obtidas é condição vital para uma pesquisa que se pretenda quantitativa.

Os dados foram tabulados manualmente e a partir daí confeccionados gráficos demonstrando as situações encontradas no cenário onde a empresa está inserida.

Ainda a pesquisa foi enquadrada como qualitativa por Mezzaroba; Monteiro (2003, p. 108), tendo a propriedade de permitir que sejam diferenciados as idéias, coisas e fatos entre si e de acordo com suas naturezas. Procura identificar suas naturezas, relacionando com os fatores variados de uma forma mais global.

Foi definido pelo critério não probabilístico, onde segundo Barros e Lehfel (1999, p.88), o pesquisador dirige intencionalmente para aqueles que ele quer saber a opinião, ou seja, os elementos são escolhidos.

No caso deste trabalho, foi selecionado através do ranking do Banco Central, entre as quatro maiores instituições financeiras dos últimos três anos. Baseando-se no saldo das principais contas separadas pelo BACEN (ativo total, depósitos a vista, de poupança e totais, operações de crédito, patrimônio líquido ajustado e resultado econômico). Com exceção das instituições públicas, o qual não é o escopo do trabalho, tendo em vista seu objetivo diferente das empresas comerciais. Sobre a formação do capital, se estrangeiro ou nacional, optou-se pelo nacional. Em ultimo critério foi pesquisada a instituição que disponibiliza de forma mais acessível todas as informações em base de dados na rede mundial de computadores, ou seja, na internet e bibliografias referentes. O estudo é limitado a uma única instituição dentro do setor bancário, dado o volume de reorganizações ocorridas no período abrangente da pesquisa, como é adiante esclarecido.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

No que se refere à delimitação da pesquisa, devido à existência de muitos métodos utilizados pelo mercado financeiro e a não participação direta no processo de reorganização, passou-se a relatar o resultado final. Em virtude do trabalho, restringir-se à avaliação de uma única empresa, limitou-se a expor o processo com os dados disponíveis para o mercado. Com dados primários retirados de balanços, das notas explicativas, relatório de administração

publicado e os dados secundários das informações disponibilizadas na rede mundial de computadores (Internet).

O período de tempo de análise deste trabalho é do ano 1994 até ano 2007. Inicia-se antes da implantação do Plano Real, para verificação dos aspectos no setor bancário e com ênfase nos anos seguintes para se identificar as características pertinentes a mudança no cenário financeiro. Vale lembrar que trabalhar com valores antes da década de 90 seria inviável tendo como base planos econômicos distinto para estudo. Por este motivo Assaf Neto (2002, p.112) reconhece:

Quando se analisam demonstrações contábeis de uma empresa, principalmente quando se relacionam dois ou mais exercícios [...]. A comparação de valores em épocas distintas não oferece base confiável para a verificação do desempenho real ocorrido, dado a instabilidade monetária[...].

A propósito, é importante lembrar que da análise de instituições financeiras com base nas demonstrações contábeis, pode haver algumas limitações, como em outros segmentos. Resulta nos indicadores como medidas que embutem uma tendência de desempenho, indicando os potenciais pontos fortes e débeis da instituição, deixando em alerta o analista para os aspectos que demandam maior avaliação.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

O presente trabalho é estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo as considerações iniciais sobre o tema, além de sua problemática e objetivo. A justificativa, a metodologia, as limitações e organização da pesquisa.

No segundo capítulo a revisão bibliográfica, onde são demonstradas as formas de reorganização societária e seus tipos individuais de aquisição. Na avaliação de empresas para tomada de decisão, são tratados assuntos pertinentes ao processo de reorganização. Passando por uma breve contextualização do cenário econômico, bem como as entidades dentro do Sistema Financeiro Nacional e suas classificações. Com destaque as instituições financeiras e os índices para análise das demonstrações contábeis.

O terceiro capítulo apresenta um breve histórico da Instituição Itaú, desde a sua fundação até o ano 2007, data limite para este estudo. Será analisado por meio de onze indicadores econômico-financeiro, divididos em índices de estrutura, liquidez e rentabilidade. Tendo como base suas demonstrações financeiras e assim justificada sua variação nos

resultados através de gráficos apontando seu desempenho.

Por último, serão demonstradas as conclusões gerais sobre a pesquisa bem como, algumas recomendações a futuros estudos relacionados com o tema.

2 FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS

O presente capítulo busca uma sustentação teórica relativa ao tema e ao objetivo de trabalho. Está organizado em seções e subseções, abrangendo os temas da reestruturação societária. Inicia-se com as formas de reorganização societária, após um breve histórico do cenário econômico antes e depois da implantação do Plano Real no Brasil. Em seguida a estrutura do Sistema Financeiro Nacional, com suas instituições integrantes e o Plano de Contas instituído pelo Banco Central para todas as instituições financeiras.

A análise da avaliação das Instituições financeiras, através de índices de estrutura, de liquidez e rentabilidade é indicada com base nos demonstrativos contábeis. Aspectos relevantes que influenciam na reorganização das empresas e na tomada de decisão. Por fim uma abordagem da contabilidade na tomada de decisão.

2.1 FORMAS DE REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA.

São definidas pela Lei nº. 6.404/76 as formas para reorganização de empresas e a Lei nº 9.457/97, podendo ser efetuadas entre sociedades de tipos iguais ou diferentes, seguindo à forma frente aos respectivos estatutos ou cláusulas sociais, respeitando o art. 223 da Lei nº 6.404/76. Ainda frente ao artigo 224 desta Lei, tornam-se atos específicos para operação, conforme traz Perez Junior; Oliveira (2001, p. 174):

- a) Acordo para realização
- b) Exposição de motivos ao órgão deliberativo, e,
- c) Deliberação propriamente dita.

Vale ressaltar, como é considerado pelo autor acima, os aspectos procedimentais após entendimento e interesses das sociedades envolvidas. Os respectivos administradores assinam um documento (protocolo), que com a respectiva gama de motivação (justificativas), submetem à deliberação ao órgão competente (Assembléia Geral Extraordinária, na sociedade por ações), todos os procedimentos produzem reflexos, interna e externamente dentro da organização, nos planos contábil, tributário e societário. Porém, neste estudo serão dispostos os aspectos encontrados na Lei das Sociedades por Ações para reestruturação societária, pela qual convêm que as sociedades se organizem nas seguintes formas:

- a) Incorporação

- b) Fusão
- c) Cisão
- d) Transformação

A seguir apresenta-se cada uma das formas no qual as sociedades podem se organizar.

2.1.1 Incorporação

O processo de incorporação é definido pelo art. 227 da Lei nº 6.404/76, como “a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhe sucede em todos os direitos e obrigações”. Sociedades incorporadas deixam de existir, estas passam a fazer parte, como todo seu patrimônio, ao da incorporadora, com sucessão de todos seus direitos e deveres.

Lembra Peres Junior; Oliveira (2001, p.188) que a operação somente ocorrerá entre sociedades que tenham patrimônio positivo.

Neste mesmo sentido, é o entendimento de Almeida (1997, p. 83), o ideal seria que os ativos e passivos de ambas as empresas fossem registrados na incorporadora pelos seus valores de negociação, por melhor refletirem a essência da operação. Assim, quando se incorpora uma empresa, está na realidade aumentando o capital da incorporadora por meio da entrega de bens, direitos e obrigações, cujo valor é patrimônio líquido da incorporada. (SANTOS; SCHMIDT, 2002, p. 334)

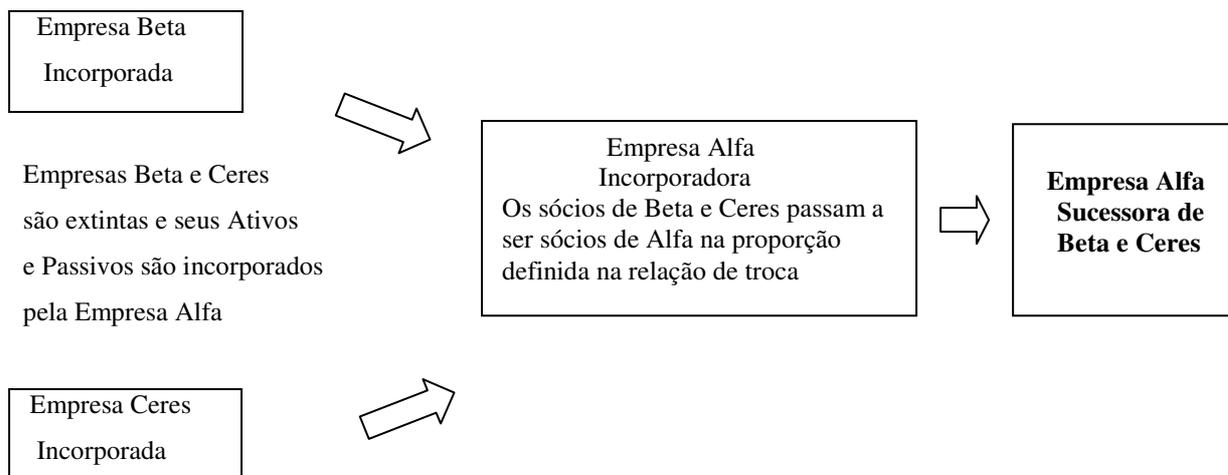


Figura 1 – Operação de Incorporação

Fonte: adaptado Perez Junior; Oliveira (2001, p.187)

A figura 1, mostra um exemplo simplificado da operação de incorporação, onde as empresas Ceres e Beta são incorporadas, unindo-se à empresa Alfa, que as sucede em todos os direitos e obrigações.

2.1.2 Fusão

O texto da Lei 6.404/76, no art. 228 apresenta fusão como sendo “a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações”. Resume muito bem Iudícibus e Marion (1990, p.36), o ato pelo qual duas ou mais empresas se extinguem para originar uma nova sociedade com personalidade jurídica distinta; a nova sociedade adquire os ativos e passivos das demais. Salienta ainda Franco (1991, p137), que fusão trata-se da reunião de duas ou mais sociedades para formar uma terceira, com o mesmo ou diferente objeto.

Santos (2003, p.303) complementa que da mesma forma que na incorporação, a fusão consubstancia um ato constitutivo e desconstitutivo, pois, ao mesmo tempo, ocorre a agregação dos patrimônios de duas ou mais empresas existentes em uma nova empresa e desaparecem as empresas fusionadas.

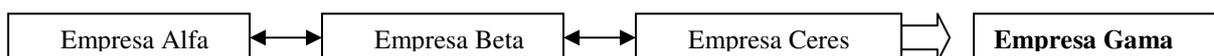


Figura 2 – Operação de Fusão

Fonte: adaptado Perez Junior; Oliveira (2001, p.200)

A figura 2, verifica-se um exemplo da operação de fusão. As três sociedades Alfa, Beta e Ceres, com objetivos em comum, formam uma nova sociedade, a Empresa Gama, esta por sua vez as sucederá em todos os direitos e obrigações, constituindo uma única empresa societária sob uma mesma administração, e ao final do processo, haverá o desaparecimento das sociedades envolvidas na operação.

2.1.3 Cisão

O art. 229 da Lei nº. 6.404/76, diz o seguinte: “cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas de seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, e dividindo-se o seu capital, se parcial a versão.”

Franco (1999, pág. 143), dá a definição de que trata-se da operação inversa a fusão ou da incorporação, pois na cisão pode uma sociedade dividir-se em duas, caso em que ela desaparece, surgindo em seu lugar duas novas sociedades, referindo-se a cisão total.

Santos (2003, p.310) nos apresenta dois tipos de cisão, que pode ser total ou parcial. Na cisão total, já definida por Franco, ocorre a extinção da empresa cindida para formação de novas empresas com a divisão do Patrimônio.

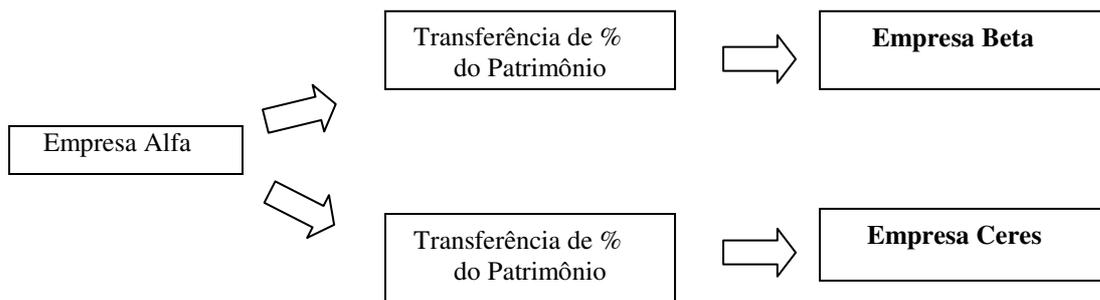


Figura 3 – Operação de Cisão Total

Fonte: adaptado Perez Junior; Oliveira (2001, p.205).

Na figura 3, exemplo de cisão total, a sociedade cindida é extinta, e as sociedades que a sucederam absorvem um percentual do seu patrimônio. Na mesma proporção são transferidos os direitos e obrigações.



Figura 4 – Operação de Cisão Parcial

Fonte: adaptado Perez Junior; Oliveira (2001, p.206).

Na Cisão Parcial, ver figura 4, a personalidade jurídica da empresa cindida não é

afetada continuando a existir, apenas transferindo parte do seu Patrimônio para outra empresa junto na proporção transferida, os direitos e obrigações.

2.1.4 Transformação

O Art. 220 a Lei das S/A de 1964 identifica como sendo a “operação pela qual a sociedade passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo para outro”. É a forma mais simples de reestruturação. Na interpretação da lei, entende-se que a empresa passa de um tipo de forma jurídica para outra, não havendo a necessidade da dissolução ou liquidação da empresa, constando apenas essa alteração no contrato ou estatuto.

Assim, lembra Assaf Neto (2002, p.34), que a transformação não prejudicará em nenhum caso os direitos dos credores, que continuarão com as mesmas garantias que o tipo anterior de sociedade lhes conferia.

Na transformação pode ser alterado somente a natureza de um ramo de atividade para outro ou a mudança de forma jurídica, com inclusão de mais sócios, como por exemplo, passando de sociedade limitada para transformação em sociedade anônima.

2.2 ASPECTOS QUE INFLUENCIAM NA REORGANIZAÇÃO

Comenta Duane (2002, p. 254), que os conglomerados ou firmas altamente diversificadas das décadas de 60 e 70 tornam-se mais focalizadas nas décadas de 80 e 90 quando as restrições a fusões relaxaram-se e a reestruturação foi implementada. Apresenta uma razão importante, a de se obter maior poder de mercado, onde:

A maioria das aquisições requer a compra de um competidor, fornecedor, distribuidor ou de uma negocio numa empresa altamente relacionada para permitir o exercício de uma competência essencial e ganhar vantagem competitiva no mercado principal da firma adquirente.

Deve-se considerar que este aumento do poder econômico pode estar sujeito a revisão pelos órgãos reguladores do Sistema Financeiro. Aponta também a intenção de reduzir a dependência de um único produto ou mercado, ou seja, após identificar os tipos de clientes por segmento, consegue-se oferecer produtos por característica identificada.

Defende neste sentido, Gomes (1997, p. 58), em dois aspectos relativos ao contexto social. O primeiro diz respeito à rapidez das mudanças, e o segundo a maior hostilidade competitiva que se produz em grande parte dos setores da economia pela forte concorrência. Argumenta com as mudanças na tecnologia de materiais, processos e produtos; à internacionalização dos mercados e aos demais fenômenos associados (*joint ventures*¹, fusões e incorporações, globalização da produção, etc.). Verifica mudanças contínuas nas necessidades e hábitos de comportamento dos clientes e às crescentes exigências da sociedade.

Da mesma forma, para Santos (2003, p. 130), essa mudança gera uma série de implicações no mundo dos negócios. Admite que a mais importante é a concorrência entre as empresas, o resulta em uma busca de melhoria constante que se traduz na diversificação dos negócios e na ampliação do mercado consumidor.

Posiciona-se no contexto do negocio bancário, Assaf Neto (2002, p. 262), quando reflete que os produtos e serviços tradicionais dos bancos não vêm oferecendo atualmente os abundantes resultados registrados no passado. Em contra partida, as instituições tem procurado desenvolver novos produtos, novos mercados, visando manter seu nível de lucratividade em mercado cada vez mais exigente e sofisticado com clientes mais exigentes em termos do seu capital aplicado. O autor julga, como já citado na sessão 2.2.2 deste trabalho, ter desaparecido o processo inflacionário, com isso contribuiu para o fim da era do dinheiro fácil, exigindo dos bancos estratégias de atuação mais refinadas.

Em resumo, as principais limitações dos sistemas de controle baseado em medidas financeiras são:

- prejudicada confiabilidade dos modelos preditivos, em função da instabilidade do meio ambiente;
- alcance de curto prazo das medidas utilizadas;
- desvinculação das medidas com o contexto social e cultural; e
- utilização como esquema de punição e não como reforço de comportamento positivo e correção de desvios, no caso de comportamento desfavorável.

Há vários fatores que motivam uma reorganização bancária. Segundo Reis (1998, p. 72) existem razões que levam ou levaram alguns bancos a aceitar incorporação por outro maior. Entre ele podemos citar:

- Dificuldade em levantar o capital necessário à operação do Banco;

¹ Existência de um acordo contratual e de parcelas proporcionais de participação, duas ou mais entidades empreendem uma atividade econômica subordinada a um controle conjunto. (IUDÍCIBUS, 2000, p. 435)

- Evitar a falência e a desmoralização do grupo;
- Falta de quadros competentes para substituir a atual administração em tempo de aposentadoria;
- Proposta comercial vantajosa;
- Gestão demasiado conservadora, o que sufoca o crescimento e reduz a lucratividade;
- Concorrência de Bancos e/ou instituições financeiras de maior porte.

Para obter sucesso no processo de aquisição é necessária a utilização de estratégias de aquisição, para evitar ou minimizar os problemas que acompanham toda aquisição. Problemas em potencial e dificuldades divididos por seis seções, conforme definido por Duane (2002, p. 288):

- 1- Dificuldade de Integração;
- 2 – Avaliação inadequada do Ativo;
- 3 – Dívida Grande ou Extraordinária;
- 4 – Incapacidade para obter sinergia;
- 5 – Diversificação Excessiva;
- 6 – Quantidade de tempo e energia administrativa consumidas em demasia.

Porem é necessário verificar cada caso em separado para identificar o motivo real da operação, de forma que existe uma variedade de fatores que são desconhecidos no processo.

2.3 AVALIAÇÃO DE ENTIDADES NA TOMADA DE DECISÃO

Na sistemática de avaliação de empresas, para Moreira (2006, p. 5), a análise de cenários tem sido utilizada ao longo da história como elemento fundamental para o apoio a tomada de decisão. Seria uma espécie de antecipação de eventos futuros, como a construção de diferentes cenários, relacionando assim a melhor estratégia para alcançar o objetivo. Há vários motivos para ser fazer uma análise da empresa, dependendo de cada objetivo em particular. Depende ainda do cenário onde ela está inserida. Podemos relacionar através de Martins (2001, p. 263), as razões principais para implantar um processo de avaliação:

- ✓ Compra e venda de negócios;
- ✓ Fusão, cisão e incorporação de empresas;
- ✓ Dissolução de sociedades;

- ✓ Liquidação de empreendimentos; e
- ✓ Avaliação da habilidade dos gestores de gerar riqueza para os acionistas.

Pode-se dizer que a empresa vale a princípio, pelo montante do patrimônio, que são mensurados em suas demonstrações. Para isso o valor é afetado por vários fatores, consideram-se externos como aqueles que a empresa não tem controle e internos aqueles que a empresa pode gerenciar.

Existem alguns fatores que influenciam na evolução da avaliação de empresas. Duarte apud IOB – Temática Contábil e Balanços

- Econômicos(recessão, crescimento, inflação, taxas de juros...)
- Políticas (estabilidade, interferência ou prevenção do Estado, Leis...)
- Sociais (mudanças de comportamento dos consumidores)
- Tecnológicos (Inovações na produção, robotização, tecnológicas de distribuição)
- Concorrência (mercado global, patentes, produtos diferenciados, monopólio)
- Instalações (localização, espaço, idade dos equipamentos)
- Mão-de-obra (nível de especialização, influências sindical)
- Contratos (dependências de clientes, dependência de fornecedores, terceirização, endividamentos, aplicações).

Cita-se ainda fatores mais específicos e influenciáveis no valor contábil de uma empresa, apresentado por Duarte apud Neiva, os seguintes:

- a) perspectivas econômicas e potencial de lucro;
- b) capacidade de pagamentos de dividendos;
- c) composição dos ativos líquidos;
- d) preço do mercado das ações da empresa ou preço médio das ações de companhias similares negociadas no mercado de ações;
- e) natureza do negócio e a história da empresa desde a sua fundação;
- f) fator patrimonial da ação e a situação financeira do negócio;
- g) determinação do goodwill e de outros ativos intangíveis.

Deve ser levado em consideração todos os fatores no momento da avaliação das entidades. Apurar valores o mais próximo da realidade é uma necessidade para aproveitamento das aplicações de recursos. Em instituições bancárias o capital geralmente é proveniente de terceiros o que aumenta a responsabilidade nas aplicações, assim torna ainda mais relevante no processo da tomada de decisão.

2.4 CONTABILIDADE NA TOMADA DE DECISÃO

Os sistemas de controles baseados em sistemas contábeis parecem deixar os dirigentes mais seguros, por terem a ilusão de que tudo está sob controle, especialmente quando, dada a dimensão da organização, tais dirigentes se vêem obrigados a permanecer afastados das operações diárias. (GOMES, 1997, p. 57)

A flexibilidade e capacidade de adaptação, necessárias em processos de controle, se apresentam como o marco divisório entre a má e a boa gestão. Profissionais com qualificações de liderança e conhecimento gerencial no assunto são essenciais para administrar as mudanças que a empresa necessita e avaliar as condições de risco.

Gomes (1997) adverte ainda, que a concepção tradicional de contabilidade de gestão, encontra-se baseada nas seguintes características:

- é dado grande destaque ao resultado medido por meio principalmente de indicadores quantitativos de caráter financeiro (rentabilidade, solvência, etc.) e visando a curto prazo (mensal, semestral, anual)
- dentro do processo administrativo é o departamento de controle econômico-financeiro o papel de coordenador do orçamento;
- há uma separação entre o processo de planejamento, informação e avaliação;
- os sistemas de informação estão integrados e centralizados no Departamento de Contabilidade;
- os incentivos são os convencionais (salários, comissões, participação nos lucros).

Num contexto já apresentado de competitividade, cada vez mais é necessário o trabalho da área contábil-financeira para a obtenção do valor econômico de uma empresa e a necessidade de elaboração dos demonstrativos, no intuito de oferecer a todos os usuários melhorias e confiabilidade nos relatórios obedecendo aos princípios contábeis.

Nota-se ainda que “a valorização e a liquidez das ações de um mercado são influenciadas positivamente pelo grau de segurança que os direitos concedidos aos acionistas oferecem pela qualidade da informação prestada pelas empresas”. (SANTOS, 2003, p. 131)

O grau de segurança está diretamente ligado aos eventos futuros que afetarão o patrimônio. Ele vai refletir em um resultado final dependendo do processo de decisão tomada pelos seus administradores.

2.5 CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO NO SETOR BANCÁRIO

Serão descritos dois momentos distintos no cenário econômico brasileiro, o anterior e o posterior a implantação do Plano Real na economia do Brasil. Esse fato é identificado em um ambiente da economia onde o resultado e o objeto é a obtenção de lucro – o setor bancário. Assim considerado por Colli; Fontana apud Chianale (1996, p.14):

[...] o banco, como empresa, não difere daquelas mercantis que, pela natureza dos bens, formam substancialmente o objeto do seu comércio. A sua mercadoria é o dinheiro[...]. O banco na atual economia capitalista tornou-se o mais importante instrumento do moderno sistema industrial e comercial.

Nessa mesma diretriz posiciona-se Assaf Neto (2002, p. 257) quando reconhece o objetivo de bancos como entidades: “A idéia de banco comercial e múltiplo como uma organização que objetiva o lucro é configurada ao identificar-se a moeda como seu produto básico de negociação, cujos fornecedores são os agentes superavitários² da economia.”

Nos dois momentos aqui relacionados à implantação do plano econômico Real, o cenário que antecede-se era associado a receitas extraordinárias com a fragilidade do sistema econômico. No segundo momento após o plano ter estabilizado a inflação, houveram mudanças profundas no setor.

2.5.1 Antes da Implantação do Plano Real

Algumas políticas foram estabelecidas para evolução do sistema bancário brasileiro, exemplos: a Lei 4.595/64, que cuidou da Reforma Bancária; a Lei 4.728/65, tratando da reforma do Mercado de Capitais e a resolução emitida pelo Banco Central – BACEN, para criação dos Bancos Múltiplos, nº 1.524/88.

Argumenta Fortuna (2005, p. 4) que a evolução dada ao sistema foi num sentido europeu, onde os bancos eram as principais instituições do sistema financeiro operando em todas as modalidades de intermediação financeira, e adoção de modelo americano, predominante no sentido da especialização e segmentação do mercado financeiro. Posteriormente é abordada as principais alterações de forma abrangente por tipo de

² São aqueles (pessoa física, empresas, governos) com recursos financeiros excedentes.

instituição.

O modo como decorreu o sistema, propiciou ao longo dos anos a formação de conglomerados financeiros, normalmente unidos por bancos comerciais, englobando vários tipos de instituições, mas cada tipo especializada em um segmento de mercado num variado conjunto de instituições financeiras.

Conforme o banco de dados institucional do BACEN, o quadro inflacionário, presente na economia brasileira desde a década de 60, foi extremamente adequado ao sistema bancário, que se adaptou bem a ele em seu processo de desenvolvimento. Altos índices de inflação colaboraram para alavancar a participação do setor financeiro na renda nacional. (Figura 05)

Com base no Índice Geral de Preços de Mercado – (IGP-M³) mostra-se picos de até 80% no início da década de 90, reduzindo para 25% em 1992. No mês de junho de 1994 chegou a 45% e caindo 7,56% já no mês de agosto, após implantação do plano econômico. A partir desse mês, a inflação se manteve em média de 2% até o ano de 2007.

As instituições financeiras brasileiras alcançaram êxito na implementação de inovações e na aplicação de oportunidades regulatórias, o que lhes permitiu não apenas resistir em um contexto que aparentemente seria contrário a atividade econômica e ao sistema financeiro, mas também, acumular capital e desenvolver-se tecnologicamente e expandirem-se, absorvendo parte considerável do imposto inflacionário gerado.

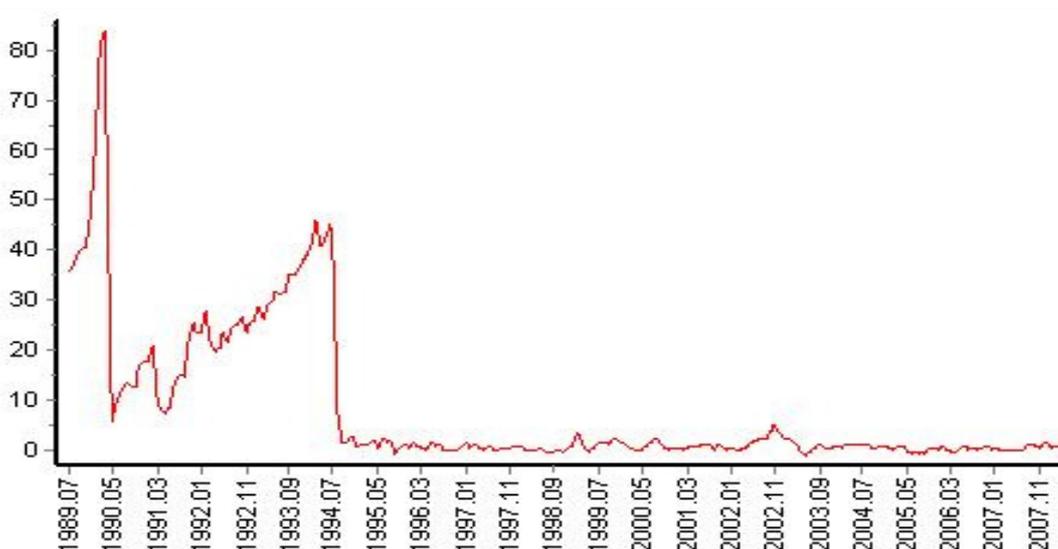


Figura 5 – Evolução da Inflação através do IGP-M, período entre 1989 a 2007.

Fonte: IPEADATA

³ Compreende o período entre os dias 20 do mês de referencia e 21 do mês anterior. Registra o ritmo evolutivo de preços como medida síntese da inflação nacional. É composto pela media ponderada do Índice de Preços por Atacado (IPA) (60%), Índice de Preços ao Consumidor (IPC-FGV) (30%) e índice Nacional de Preços da Construção Civil (INCC) (10%). (IPEADATA, 2009)

Como pode ser visto na figura 6 as receitas inflacionárias chegaram a representar até 4% do PIB (Produto Interno Bruto), ao passo que para as Instituições esse percentual chegou a 41,9% ao ano, no período antecessor ao Plano Real.

Ano	Receitas Inflacionário/PIB			Receitas Inflacionárias/Produção Imputada		
	Privado	Público	Priv.+ Públ.	Privado*	Público	Priv.+ Públ.
1990	1,4	2,6	4,0	31,3	38,7	35,7
1991	1,4	2,4	3,9	34,7	46,5	41,3
1992	1,7	2,3	4,0	31,3	55,5	41,9
1993	1,6	2,7	4,2	19,6	67,7	35,3
1994	0,7	1,3	2,0	11,1	38,4	20,4
1995	0,0	0,1	0,0	-0,9	2,5	0,6

Figura 6 – Receitas Inflacionárias das Instituições Bancárias (%)

Fonte: IBGE/DECNA apud Paula (1998, p. 8).

Obs: os resultados apurados (e a produção imputada) referem-se às receitas inflacionárias apuradas para os segmentos bancos comerciais (incluindo caixas econômicas) e bancos múltiplos.

(*) Os resultados negativos encontrados para os bancos privados em 1995 resultam do forte aperto da política monetária nesse ano, traduzindo num maior volume de recolhimento compulsório.

Paula (1998) esclarece que os elevados índices de rentabilidade foram alcançados “apropriando das receitas obtidas através dos ganhos com a arbitragem inflacionária do dinheiro, associados fundamentalmente aos ganhos com *float*⁴ e aos elevados *spreads*⁵ na intermediação financeira”.

Afirma Lopes de Sá (1994, p.16) que são falsos lucros inflacionários dentro da economia inserida nesta situação “[...] porque não produz acréscimo da massa patrimonial; a inflação só gera resultado a especular, não a quem deve reintegrar sua força de produção para manter a continuidade da vida empresarial”.

Uma economia fechada ao mercado externo com restrições impostas pelo governo para os produtos e empresas, limitando dessa maneira os consumidores

Sobre os índices da alta inflação e receita inflacionária, Almeida (1998, p. 14) comenta que “a maioria dos banqueiros fica pouco a vontade diante do assunto”. Explicação para essa retração é o fato que durante muito tempo os administradores não terem demonstrado preocupação com a qualidade dos serviços prestados.

Segundo Gonzalez (2006, p. 50) na década de 90 deu-se um passo muito importante para o desenvolvimento da economia. Na condição da globalização, o País decidiu dar os primeiros passos. Entre as medidas adotadas pelo governo, destaca o autor as seguintes:

⁴ Segundo Fortuna (2005), entende-se pela remuneração do banco obtida através da permanência de recursos transitórios dos clientes no banco, ou seja, uma forma de obter renda na prestação de serviços por produtos aos clientes.

⁵ De forma simples compreende-se pela diferença entre a taxa de empréstimo e de captação.

- i) autorização para importação de determinados produtos que anteriormente eram proibidos;
- ii) redução da alíquota de impostos na importação; e
- iii) alterações na política cambial
- iv) reestruturação do sistema financeiro

Ainda para o autor, a globalização é um processo que aos poucos vai envolvendo o mundo inteiro. Evidentemente que algumas nações acabam levando mais vantagens do que outras. Afirma também que “cada país deve procurar as melhores condições que lhe tragam maior desenvolvimento.”

Dessa forma, a abertura dos mercados, com expressivos fluxos de capitais ingressando nos países e com as empresas cada vez mais captando recursos no exterior, demonstra cenário econômico modificado pelo processo de globalização. (SANTOS, 2003, p. 130) Até então um tipo de comércio inexistente.

2.5.2 Após Plano Real até ano 2007

Após a implantação do Plano Real, no início de julho de 1994, com objetivo de fortalecer e reestruturar o sistema financeiro nacional, após um longo período de instabilidade econômica e alta da inflação, foram editadas pelo governo resoluções e medidas provisórias a fim de manter a estabilidade econômica. Almeida (1998, p. 13) definiu o novo plano econômico como “vencedor em sua meta de controlar a inflação e, portanto responsável pela instalação de um novo cenário econômico no Brasil.”

Observa-se através de Puga (1999, p. 4), algumas medidas empenhadas pelo governo após 1994:

- Resolução nº 2.208 de 1995, criou o PROER um programa para garantir assistência financeira e administrativa de instituições financeiras com finalidade não-privativas;
- a Resolução nº 2.212 dificultando a constituição de novas entidades e incentivos para a fusão, incorporação e transferência de controle acionário;
- a Resolução nº 2.303 permitindo que as instituições cobrassem tarifas pela prestação de serviço;

- Resolução nº 2.554 já em 1998, estabeleceu que as financeiras deveriam apresentar ao BACEN programas de controle interno, para que atendessem ao Comitê da Basileia.⁶

De modo semelhante, os fatores de alteração também são reconhecidos pelo BACEN, sendo marcados por “duas ordens de fatores localizadas nos planos externo e interno”. No plano externo o setor suportou a pressão da globalização nas relações em nível do plano internacional por meio de acordos econômicos, dos acordos tarifários e a velocidade de transmissão de dados entre os centros financeiros mundiais. No plano interno é reprimido por medidas de reestruturação e mudanças políticas adotadas pela economia brasileira.

Percebe-se, através de levantamento feito pela KPMG⁷, o número de transações realizadas na economia brasileira após Plano Real, até 2007. (Ver quadro 1) Reúne a quantidade por setor da economia. Identificam-se as instituições financeiras em 4º lugar, com total de 295 no período exposto. Exemplifica as mudanças na economia já com aumento de 1994 para 1995, também para ano 1996 com aumento de 16 em relação a 1994. Aumento estes que sem mantiveram até 1998, pois em 1999 voltou ao patamar de 1994 até ano 2007.

Setor / ano base	07	06	05	04	03	02	01	00	99	98	97	96	95	94	Total
1º Alimentos, bebidas e fumo	66	43	36	36	22	29	32	36	25	36	49	38	24	21	493
2º Tecnologia de Informação (TI)	56	46	49	22	28	13	36	57	28	8	8	11	7	8	377
3º Telecomunicações e mídia	27	28	21	32	21	22	27	26	47	31	14	5	8	5	314
4º Instituições Financeiras	19	21	19	19	16	20	17	18	16	28	36	31	20	15	295
5º Metalurgia e Siderurgia	31	38	25	19	14	13	15	11	9	23	18	17	9	11	253
6º Companhias energéticas	25	61	16	12	17	16	36	20	10	11	17	9	1	0	251
7º Prod. químicos e petroquímico	39	21	18	7	5	4	7	12	6	25	22	18	13	14	211
8º Publicidade e editoras	35	19	19	17	12	12	19	23	17	19	9	5	2	3	211
9º Petróleo e gás	6	8	14	16	7	26	40	28	6	1	3	4	4	2	165
10º Seguros	4	6	16	10	10	5	7	6	9	15	24	16	9	8	145
11º Serviços para empresas	35	17	5	9	9	7	9	5	8	13	6	8	1	2	134
12º Elétrico e eletrônico	18	14	9	3	1	4	2	5	5	9	19	15	14	5	123

Quadro 1 – Total acumulado de Fusões e Aquisições por setor, desde 1994 a 2007.

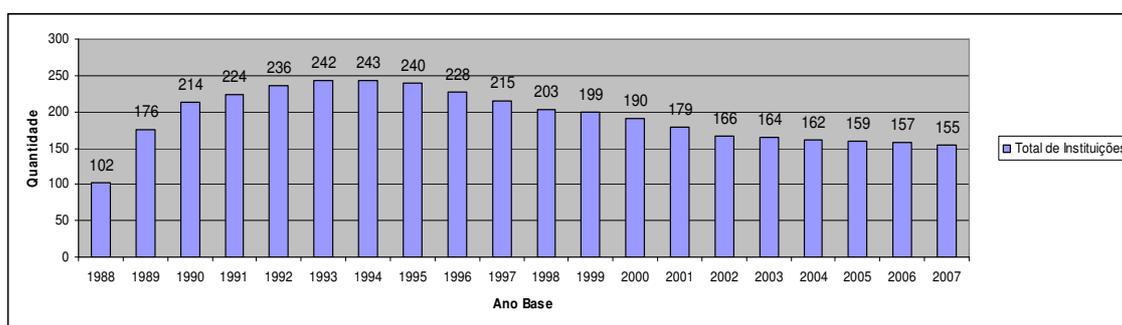
Fonte: adaptado, KPMG, 2007. (grifos do autor)

⁶ “[...] é o comitê de autoridades de supervisão bancária que foi estabelecido pelos presidentes de bancos centrais dos países do Grupo dos Dez, em 1975. Consiste de representantes de autoridades de supervisão bancária e bancos centrais da Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos da América. Normalmente se reúnem no BIS – Bank for International Settlements (Banco de Compensações Internacionais) na Basileia, onde sua Secretaria permanente está localizada” (ALVES; CHEROBIM, 2006, p.15)

⁷ Empresa internacional de firmas que prestam serviços profissionais especializado na assessoria de empresas, assuntos forenses e em serviços vinculados a transações corporativas. Está presente em 145 países, com mais de 123.000 profissionais, atuando em firmas-membros em todo o mundo. No Brasil, são cerca de 2.100 funcionários divididos em 13 escritórios distribuídos em 11 cidades, conforme informativo da KPMG CORPORATE FINANCE. (KMPG, 2008)

Segundo Assaf Neto (2001, p. 76) houve grande incentivo por parte do Governo para que esses bancos processassem fusões e incorporações, diminuindo consideravelmente o número de sedes bancárias e promovendo um acentuado incremento na quantidade de agências. Em verdade, essa tendência de concentração dos bancos comerciais pode ser estendida também as demais instituições do SFN, formando conglomerados financeiros com atuação nos vários segmentos do mercado.

A partir de 1993, o número de bancos se manteve, num patamar constante até 243 sedes, caindo a partir de 1996, conforme quadro 2.



Quadro 2 – Sistema Bancário: evolução na quantidade de instituições bancárias 1988 a 2007.

Fonte: BACEN

Obs: Dados referem-se ao final de período e incluem bancos privados e públicos, dentre eles Comerciais, Múltiplos e as Caixas Econômicas.

Reconhece Paula (1998, p. 22), que essa evolução na quantidade de bancos dentro do período, diminuindo a partir de 1996, foi em função de um processo em curso no país. Deu-se pela forma de ajustes, resultado da transferência do controle acionário, intervenção ou liquidação por parte do Banco Central, ou incorporação por outras instituições.

Período	1989	1991	1993	1994	1995	1997	2000	2001	2003	2004	2006	2007
Nº												
Agências	16.016	16.009	15.513	16.302	15.920	14.985	16.396	16.841	16.829	17.260	18.067	18.308

Quadro 3 – Evolução no número de agências bancárias 1989 / 2007

Fonte: Adaptado BACEN

Obs: Dados referem-se ao final de período e incluem bancos públicos e privados.

Observa-se pelo quadro 3, uma redução no número de agências bancárias dentro de um processo da racionalização. No ano 1994 com 16.302 e já para ano 1997 observa-se 14.985, uma redução de 1.317 na quantidade de agências. Após o ano 2000 manteve-se estável o número de agências bancárias até 2003 (16.829 agências) quando em diante percebe-se aumento na quantidade.

As principais justificativas geralmente apresentadas para essa política de concentração são a de reduzir, via economia de escala, o custo operacional e conseqüentemente o custo

final do dinheiro, e elevar a eficiência administrativa e produtividade das instituições, capacitando-as a atuar em contextos de maior produtividade

Reis (1998, p. 81) aponta o caminho que os bancos têm de seguir, onde a qualidade e satisfação dos clientes são aspectos essenciais à melhoria da competitividade bancária e, conseqüentemente, influenciarão a sua rentabilidade, conforme demonstrado pela figura 7.

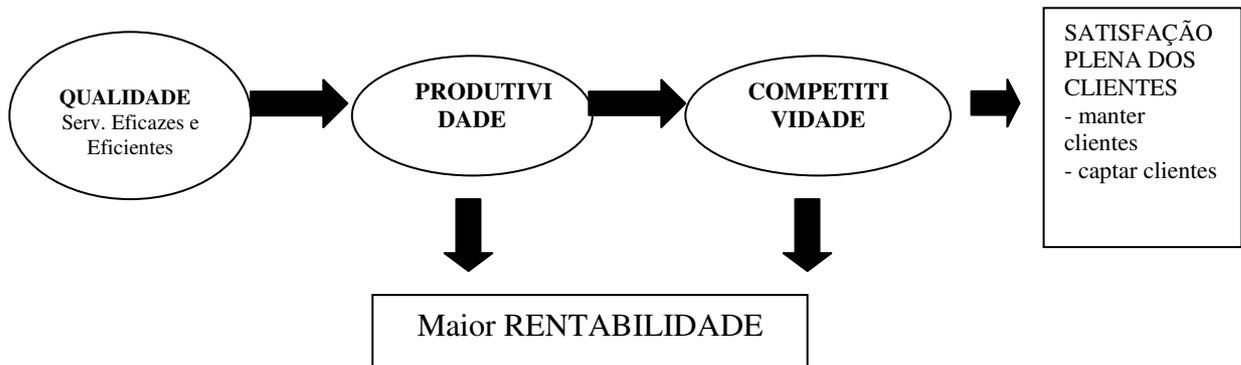


Figura 7 – O caminho a percorrer pelos Bancos na Busca da melhoria da sua competitividade e melhoria da rentabilidade

Fonte: Reis, (1998, p.81)

Os bancos, de maneira geral, vêm apresentando rápida evolução em sua estrutura de funcionamento, buscando novas fontes de riqueza, partindo para novas fontes de receitas. Procurou-se adaptar suas operações e produtos a um mercado cada vez mais exigente e globalizado.

Na área da tecnologia, também considerada essencial para aprimoramento dos serviços, fica claro por um estudo realizado pela FEBRABAN (2009), informando que em 2007 foram investidos R\$ 6,2 Bilhões em tecnologia, um aumento de 16% em relação a 2006, indicando ainda que essas despesas vêm crescendo ano a ano nessa área.

A rentabilidade média dos bancos brasileiros não se alterou significativamente, evidencia Corazza (2006). Porém esse índice teve elevação pela receita de serviços, quase duplicou sua participação nos anos posteriores, conforme quadro 4.

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
32,9	9,1	9,5	14,9	16,8	12,9	13,0	12,2	13,1	23,0

Quadro 4 – Rentabilidade média (Lucro Líquido / Patrimônio Líquido) dos bancos brasileiros em %

Fonte: Corazza (2006)

Puga (1999, p. 3) argumenta também outra compensação das perdas inflacionárias pelo aumento da receita com operações de crédito, devido à estabilidade e crescimento econômico. A reforma fez com que as Instituições tivessem uma importante participação no total do crédito no Brasil.

Atualmente, elas vem trabalhando de forma mais especializada, segmentando

informalmente sua participação no mercado com base no volume de negócios dos clientes e na forma de atendimento, desenvolvendo assim produtos e serviços específicos.

Reconhece Brandão apud Fauth; Alves (2006, p. 13) o Banco Itaú como o primeiro dentre os bancos a iniciar o processo de segmentação já em 1991, com a criação do Private Bank, uma área específica para atendimento a clientes pessoa física com alta renda e patrimônio elevado, passando a ter serviços exclusivos

2.6 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O Sistema Financeiro Brasileiro, ou Nacional como também pode ser chamado, é caracterizado como o conjunto de instituições intermediadoras e especializadas que se dedicam a propiciar as condições legais e de negócios para a manutenção do fluxo de recursos entre investidores e poupadores (FORTUNA, 2005, p.16). É regulado pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, estruturando o SFN (Sistema Financeiro Nacional), e a Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965 que definiu a política a ser desenvolvida pelas Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, estabelecendo também o funcionamento do Mercado de Capitais.

Há uma referência histórica para a característica atual do STN, como já apresentado no item 2.2 deste estudo. Apesar de várias leis posteriores as citadas no início, a nº 4595/64 fez conservar-se a estrutura, definindo área de atuação e características principais no Mercado Financeiro onde ocorre de fato a intermediação bancária.

O SFN era carente de uma estrutura racional que, exigida por parte da sociedade como um todo, originou, a partir dessa necessidade, uma série de leis que possibilitaram esse reordenamento. Fortuna (2005, p. 15) cita, as leis editadas por consequência:

- Lei da Correção Monetária (4.357/64);
- Lei do Plano Nacional da Habitação (4.380/64);
- Lei da Reforma do Sistema Financeiro Nacional (4.595/64);
- Lei do Mercado de Capitais (4.728/65);
- Lei da CVM (6.385/76);
- Leis das S.A. (6.404/76);
- Nova Lei das S.A. (10.303/01);

- Resolução CMN (3.040/02) e seu regulamento anexo.

A esse respeito Colli e Fontana (1996, p. 37) lembram que o CMN e BANCEN ao longo dos anos tem emitido resoluções e circulares que alteraram muitos dos procedimentos originalmente estabelecidos.

O Sistema Financeiro Nacional apresentado na Lei nº 4.595/64, em seu art. 1º como constituído por cinco entidades. Neste capítulo, uma descrição com características de cada órgão:

- I – Conselho Monetário Nacional;
- II – Banco Central do Brasil;
- III – Banco do Brasil S.A.;
- IV – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social;
- V – demais instituições financeiras públicas e privadas.

Serão apresentadas as informações gerais sobre o SFN, com maior evidência para os bancos múltiplos, bancos comerciais e de investimentos, visto que se identifica com a finalidade deste estudo.

2.6.1 Conselho Monetário Nacional

O órgão, Conselho Monetário Nacional, dentro do SFN, é tido como órgão máximo, pois sendo do tipo normativo não desempenha nenhuma atividade executiva. Processa todo o controle do sistema financeiro, influenciando as ações de órgãos normativos além de assumir funções de legislativo das instituições financeiras públicas e privadas. (ASSAF NETO, 2001, p.69).

Traz o art. 2º da Lei 4.595/64 a sua finalidade: formular a política da moeda e do crédito, objetivando o progresso econômico do País. O CRC-SP (1994, p. 20) complementa o campo de atuação não somente restrito ao âmbito financeiro, mas igualmente absorvendo poderes para decidir e supervisionar as políticas monetária, cambial, de investimento, de capital estrangeiro e de comércio exterior, além de procurar harmonizar também esse complexo de decisões com as políticas fiscal e salarial.

Tem como objetivos previstos pelo art. 3º, da Lei 4.595/64 de modo semelhante por

Assaf Neto (2001, p. 71) ou como funções do Conselho para Mellagi Filho (1993, p.23):

I – fixar as diretrizes e as normas da política cambial, assim como regulamentar as operações de câmbio, visando ao controle da paridade da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos;

II – regulamentar, sempre que julgar necessário, as taxas de juros, comissões e qualquer outra forma de remuneração praticada pelas instituições financeiras;

III – regular a constituição e o funcionamento das instituições financeiras, bem como zelar por sua liquidez;

IV – estabelecer as diretrizes para as instituições financeiras por meio de determinação de índices de encaixe, de capital, de normas de contabilização etc.;

V – acionar medidas de prevenção ou correção de desequilíbrios econômicos, surtos inflacionários etc.;

VI – disciplinar todos os tipos de créditos e orientar as instituições financeiras no que se refere à aplicação de seus recursos, tendo como objetivo promover desenvolvimento mais equilibrado da economia;

VII – regular as operações de redescontos e as operações no âmbito do mercado aberto.

Fazem parte da CMN (Lei 4.595/64), os seguintes membros definidos no art. 6º: Ministro da Fazenda que será o presidente, Presidente do Banco do Brasil S.A., Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e sete (7) membros nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, escolhidos entre brasileiros de libada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros, com mandato de sete anos, podendo ser reconduzidos.

Todas as funções são auxiliadas em sua execução, fiscalização e coordenação pelo Banco Central, e também a assessorar o CMN nos assuntos que lhe forem relacionados através de seus departamentos técnicos. (CRC-SP, 1994, p. 21)

2.6.2 Banco Central do Brasil

Observa-se na Lei nº 4.595/64, a descrição de criação do Banco Central do Brasil, autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional vinculada ao Ministério da Fazenda:

Art. 8º. A atual Superintendência da Moeda e do Crédito é transformada em autarquia federal, tendo sede e foro na Capital da República, sob a denominação de Banco Central da República do Brasil, com personalidade jurídica e patrimônio próprios este constituídos dos bens, direitos e valores que lhe são transferidos na forma desta Lei e ainda da apropriação dos juros e rendas resultantes, na data desta lei, do disposto no art. 9º do Decreto Lei nº 8.495, de 28/12/1945, dispositivo que ora é expressamente revogado.

Com a promulgação da Lei nº 4.595 em 31.12.64 o BACEN passou a ser o principal Órgão assessor do Conselho Monetário Nacional exercendo também as funções de secretaria, executor de suas decisões, operando exclusivamente com instituições financeiras públicas e privadas e órgão fiscalizador. (CRC-SP, 1994 p. 23)

Para Colli e Fontana (1996, p. 25) assim pode-se classificar as funções:

Funções Executivas – quando implementa as resoluções emanadas do Conselho;

Funções de Controle ou fiscalização – quando controla o cumprimento dos dispositivos regulamentares direta ou indiretamente;

Funções próprias – exercendo as funções que lhe foram atribuídas pela lei.

Em suma, são atribuições privativamente do BACEN, segundo Azevedo (1995, p. 25) conclui:

I – emissão de papel-moeda e controlar o meio-circulante;

II – realizar operações de redescontos e empréstimos a instituições financeiras bancárias;

III – exercer e efetuar o controle dos capitais estrangeiros;

IV – ser depositário das reservas oficiais de ouro e moeda estrangeira;

V – exercer a fiscalização das instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas;

VI – conceder autorização às instituições financeiras, a fim de que possam: funcionar no País, instalar ou transferir suas redes ou dependências, inclusive no exterior, ser transformadas, fundidas, incorporadas ou encampadas, praticar operações de câmbio, crédito real e venda habitual de títulos da Dívida Pública Federal, Estadual e Municipal, ações, debêntures⁸, letras hipotecárias e outros títulos de crédito ou mobiliário.

Como citado acima no item IV, Assaf Neto conceitua essas atribuições, como um

⁸ “São títulos normalmente a longo prazo emitidos pela companhia para financiar suas atividades, com garantia de certas propriedades, bens ou aval do emitente. São negociáveis e conferem a seus titulares direito de crédito contra a companhia emitente, nas condições constantes da escritura de emissão e do certificado.” (Iudibus; Martins e Gelbcke, 2000, p. 216)

“banco fiscalizador e disciplinador do mercado financeiro” ao assumir o controle das instituições financeiras, definindo limites e regras para funcionamento; “banco de penalidades” por exercer a função de fiscalização e intervenção aplicando-lhes as penalidades previstas; finalizando é o “gestor do sistema financeiro nacional” ao mesmo tempo baixando normas, regulamentando todas as atividades das instituições financeiras, também fiscaliza e executa os serviços. (2001, p. 71)

É importante mencionar como instituição representativa e responsável pela política monetária dentro do país, é aprovada por meio da Diretoria Colegiada orientações estratégicas para guiar os procedimentos de gestão. De acordo com publicação do BACEN (2007) são considerados valores organizacionais: estabelecer um SFN sólido e eficiente; qualificação dos seus produtos e serviços, indispensáveis no desenvolvimento do país aliados a transparência e responsabilidade social sem perder o foco no resultado.

Vale ressaltar que no Art. 12 a mesma Lei fez limite para operações do BACEN. Atende exclusivamente a instituições financeiras públicas e privadas, proibidas operações bancárias com outras pessoas de direito público ou privado, salvo as expressamente autorizadas por lei. A partir dessa informação, constitui receita para o BACEN (Lei nº 4.595/64. Art.16):

- I. de operações financeiras e de outras aplicações de seus recursos;
- II. das operações de cambio, de compra e venda de ouro e de qualquer outras operações em moeda estrangeira;
- III. receitas eventuais, inclusive de derivadas de multas e de juros de mora aplicados por força do disposto na legislação em vigor.

Dessa forma o BACEN consegue proteger a economia e garantir o equilíbrio do mercado financeiro de forma independente.

2.6.3 Comissão de Valores Mobiliários

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM foi criada com a Lei 6.385/76, e ficou conhecida como a Lei da CVM, reconhece Fortuna (2005, p. 22) que até aquela data faltava uma entidade que absorvesse a regulamentação e a fiscalização do mercado de capitais, especialmente as sociedades de capital aberto.

Como órgão da administração indireta do país, sob forma de autarquia está vinculada ao poder executivo (Ministério da Fazenda) agindo sob a supervisão do CMN. Tem por finalidade básica a normatização e o controle do mercado de valores mobiliários, representado principalmente por ações, partes beneficiárias e debêntures, os certificados de depósito de valores mobiliários, e outros títulos emitidos pelas sociedades anônimas e autorizadas pelo CMN. (ASSAF NETO, 2001, p. 72).

Mas segundo o artigo 4º da Lei ela tem outras atribuições, como:

- estimular a formação de poupanças e sua posterior aplicação em valores mobiliários;
- promover a expansão e o funcionamento eficiente do mercado de ações;
- estimular aplicações permanentes em ações de empresas privadas nacionais;
- assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados da bolsa e de balcão; e
- proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado.

A Nova Lei das S.A. editada em 2001, em conjunto com o Decreto 3.995 e a Medida Provisória 8 consolidaram e alteraram alguns dispositivos da Lei 6.404, ainda segundo Fortuna (2005, p. 22) os poderes de fiscalização e disciplinador da CVM foram ampliados para incluir as Bolsas de Mercadorias e Futuros, as entidades do mercado de balcão organizado e as entidades de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários.

Assim Assaf Neto (2001, p. 72) relata três importantes grandes grupos abrangidos pela CVM:

- Instituições financeiras do mercado;
- Companhias de capital aberto, cujos valores mobiliários de sua emissão encontram em negociação em Bolsa de Valores e mercado de balcão; e
- Investidores, à medida que é seu objetivo atuar de forma a proteger seus direitos.

Nota-se uma entidade que determina procedimentos contábeis com efeitos tributários para reorganização societária além de fiscalizar e regular essas transações, nos três principais grupos empresariais e econômicos dentro do Brasil.

2.6.4 Banco do Brasil S.A.

Desde a sua criação há quase 200 anos, o Banco do Brasil (BB) sempre desempenhou papel fundamental no Governo como agente financeiro ou como denomina Fortuna (2005, p.24) na “função típica de autoridade monetária”, ainda que com a criação do BACEN na reforma bancária em 1964 tenha assumido muitas de suas funções. Definido suas funções na Lei nº 4.595/64, Arts. 19, 20 e 21.

Hoje, o BB sendo um banco comercial, como sociedade anônima de capital misto com controle acionário do Governo Federal, tem desempenhando papel de destaque no conjunto de rede bancária nacional. Formando um “conglomerado financeiro de ponta”, que vem aos poucos se ajustando a estrutura de um banco múltiplo comercial, sem deixar de cumprir sua função principal sob a supervisão do Conselho Monetário Nacional, assim coloca Neto Assaf (2001, p. 73) bem como Fortuna (2005, p.24).

Contudo representa um eficaz instrumento de execução das metas de política monetária, graças à estrutura de atendimento capaz de alcançar as regiões mais longínquas do País (CRC-SP 1994, p.24).

Sem perder suas funções características típicas como agente financeiro do Governo no sistema monetário brasileiro na prestação de serviços bancários. Como exemplos citados por Assaf Neto (2001, p.73):

“Sob a supervisão do CMN atua na execução da política creditícia do Governo Federal, como receber os tributos e as rendas federais, realizar pagamentos necessários e constantes do orçamento da União, receber depósitos compulsórios e voluntários das instituições financeiras, efetuar descontos bancários e executar a política dos preços mínimos de produtos agropecuários, executar a política de comércio exterior, adquirindo ou financiando os bens de exportação e ser o agente pagador e recebedor no exterior. [...] Mantém contas correntes de pessoas físicas e jurídicas, opera com caderneta de poupança, concede créditos de curto prazo aos vários segmentos e agentes da economia, executa operações de descontos, além de outras funções típicas de bancos comerciais. [...] A terceira função exercida pelo BB é a de um Banco de Investimento e Desenvolvimento ao operar, em algumas modalidades com créditos a médio e longo prazos. O banco pode financiar as atividades rurais, comerciais, industriais e de serviços além de promover a economia de diferentes regiões, objetiva também o fortalecimento do setor empresarial do país por meio do apoio a setores estratégicos e as pequenas e médias empresas nacionais.”

Podemos destacar linhas especiais de crédito oferecidas a seus clientes: Cheque-ouro empresarial, seguros para pessoa física e jurídica, FINAME, financiamento CDC e Leasing para varejo e pessoa jurídica entre tantos outros produtos hoje disponíveis no mercado.

2.6.5 Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES criado em 1952 pela Lei nº 1.628, surgiu para executar decisão do Governo no reaparelhamento de serviços básicos de infra-estrutura. Foi enquadrado como uma empresa pública federal, com personalidade jurídica de direito privado e de patrimônio próprio pela Lei nº 5.662/71, mantida a mesma denominação. Segundo o site da instituição, trata-se de um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior. Azevedo define o BNDES como:

Instituição especializada no fomento da atividade econômica do País, ele contribui com investimentos prioritários, para o desenvolvimento setorial ou regional, estabelecendo regras e critérios para escolha dos que atendam de forma global e objetiva aos interesses econômicos nacional (1995, p.37).

Por ser responsável pelo financiamento e política de investimentos de longo prazo do Governo Federal, que pouco atrai a iniciativa privada, o BNDES tem esse objetivo a fim de contribuir para melhoria e desenvolvimento do país. Tem executado através das suas linhas de crédito com um conjunto de fundos e programas especiais, grandes empreendimentos industriais e de infra-estrutura em setores industriais, de serviços e agrícolas. Assim, destacado por Gonzalez “o principal agente do governo utilizado para financiar diversos setores da economia, tais como o primário, o secundário e terciário”. Ainda como missão da instituição atender aos investimentos sociais direcionados para a educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e ambiental, transporte coletivo de massa e redução das desigualdades sociais e regionais.

A importância do banco no setor de crédito industrial veio a ser reconhecida diretamente durante os governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso quando recebeu o responsabilidade de gerir todo o processo de privatização das empresas estatais. (FORTUNA, 2005, p. 25)

A ação acontece algumas vezes de forma direta junto ao cliente, porém na maioria das vezes a atuação se dá por meio de agentes financeiros, como Bancos Comerciais, Bancos de Investimentos e Sociedades Financeiras. Em troca esses agentes recebem uma comissão do BNDES, denominada *del credere*, para efetuar essa negociação entre a instituição e o financiado, assim tornam-se também co-responsáveis pelo pagamento da dívida assumida junto ao banco. (ASSAF NETO, 2001, p. 75)

É importante mencionar que os recursos utilizados para execução da política de

financiamento principalmente com verbas provenientes do PIS – Programa de Integração Social, PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, dotações orçamentárias da União, recursos captados no exterior e próprios, oriundo do retorno das várias aplicações efetuadas.

Azevedo (1995, p.40) destaca um “esquema formado por suas subsidiárias, entidades vinculadas e agentes financeiros e o próprio BNDES controlador das demais empresas”. Possui atualmente duas subsidiárias. Suas atuações básicas são descritas a seguir Assaf Neto:

FINAME - Agência Especial de Financiamento Industrial voltada para o financiamento de máquinas e equipamentos industriais a empresas nacionais;

BNDESPAR – tem como objetivo principal promotor a capitalização da empresa nacional por meio de participações acionárias. Após consolidado o investimento, o banco coloca as ações adquiridas à venda no mercado.

Essas duas subsidiárias funcionam como instituições, de crédito a longo prazo, do governo, servindo para desenvolver a economia nacional em parceria com bancos privados. Assim, realiza um atendimento mais abrangente aos potenciais clientes.

2.6.6 Demais instituições financeiras públicas e privadas

São parte das demais instituições financeiras definidas por Assaf Neto (2001, p. 67) dentro do “Sistema de Intermediação” do SFN instituições classificadas em bancárias e não bancárias, de acordo com a capacidade que apresentam de emitir moeda, instituições auxiliares do mercado, e instituições definidas como não financeiras e SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos.

O Art. 17 da Lei nº 4.595/64, assim caracteriza instituição financeira:

“instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.”

Cabe ressaltar que há duas espécies de instituições financeiras resumidamente descritas por Colli e Fontana (1996, p. 27) e expressa na Lei nº 4.595/64 nos artigos nº 22 ao 41:

- a pública constituída e controlada pelo poder Público; e

- a privada insere-se no setor privado, de onde provem os seus acionistas.

Sendo a pública órgão auxiliar na execução da política de crédito do Governo, com regulamentação do CMN na sua capacidade e modalidades operacionais. São exemplos de Instituição Financeira Pública: BNDS, Caixas Econômicas Federais e Estaduais.

As instituições privadas, devem observar as normas fixadas pelo CMN, seguir procedimentos da CVM, se atentar para as Resoluções do BACEN. São exemplos: Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A., Banco Santander; Banco Dibens S.A. entre tantos outros com capital privado.

2.7 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS

Os bancos comerciais são instituições financeiras públicas ou privadas, constituídas obrigatoriamente sob a forma de sociedades anônimas especializadas em operações de crédito de curto e médio prazo. Fazem parte deste grupo os Bancos Comerciais, Bancos Múltiplos e Caixas Econômicas. No agrupamento das instituições financeiras, para Fortuna (2005, p. 27) os bancos comerciais, por suas múltiplas funções, constituem a base do sistema monetário e aos serviços prestados, é a mais conhecida das instituições financeiras, por atender as indústrias, ao comércio e ao público em geral.

Observa Assaf Neto (2001, p. 76) que a grande característica dos bancos comerciais, é a sua capacidade de criação de moeda, ou seja, geradores de meios de pagamento. São os serviços prestados à comunidade, como a execução de ordem de pagamento, a efetivação de cobrança de títulos de crédito, a arrecadação de impostos e taxas, a guarda de valores, realizar pagamento de cheques, cobranças diversas etc.

Na definição de Colli e Fontana (1996, p. 13), os bancos tem por analogia o objetivo assim como:

A empresa mercantil tem por objetivo a compra e venda de mercadorias e utilidades; a empresa industrial, a transformação da matéria prima em produtos das mais variadas espécies [...]; a empresa bancária tem por objetivo o comercio do dinheiro, quer como fornecedora de capitais quer como depositária de capitais de terceiros, quer ainda como intermediária do crédito.

Os recursos dessas instituições são provenientes principalmente da captação via

cobrança de títulos e arrecadação de tributos e tarifas públicas, dos depósitos à vista e a prazo, operações de redesconto bancário, assistência financeira e operações de câmbio o que permite ao bancos repassar tais recursos às empresas sob a forma de empréstimos. (FORTUNA, 2005, p. 28).

Em resumo, Fortuna traz que são “intermediários financeiros que recebem recursos de quem tem e os distribuem através do crédito seletivo a quem necessita de recursos”[...].

Encontra-se sob o controle e fiscalização permanentes do BACEN, responsável por orientar, disciplinar e regular seu funcionamento como já comentado no item 2.3.2 deste trabalho.

Assaf Neto apresenta classificação dos bancos pelo volume de negócios, em *bancos de varejo* “trabalham com muitos clientes sem maiores exigências com relação as suas rendas” e os *bancos de negócios*, “voltados preferencialmente às grandes operações financeiras, porem com numero reduzido de clientes com alto poder aquisitivo”. (2001, p. 77)

Conforme Niyama e Gomes apud Gonzalez (2006, p. 40), com a edição da Resolução nº 1.524/88, foi autorizada a constituição de bancos múltiplos, com a finalidade de se realizarem numa única instituição financeira as operações facultadas a bancos comerciais, de investimentos, de desenvolvimento e sociedades de crédito imobiliário, sendo-lhes permitido reunir de duas até quatro das espécies das operações citadas. Vale ressaltar que posteriormente por meio da Resolução nº 2.099/94, foi autorizado aos bancos múltiplos a constituição da carteira de arrendamento mercantil.

A idéia de bancos múltiplos surgiu da própria evolução do setor bancário e crescimento do mercado assim como da necessidade de se formar conglomerados financeiros foi um processo inevitável, acrescenta Assaf Neto (2001, p. 77). Como também, interesse das instituições em oferecer sinergia nas suas operações, reunindo-as em torno de uma única unidade decisória.

Está previsto pela Resolução nº 1.524/88 do Conselho Monetário Nacional, as 4 carteiras possíveis para funcionamento dos Bancos Múltiplos, segue abaixo:

- i) Carteira Comercial que compreende Depósitos, Descontos, Câmbio, Aplicações e outras atividades exclusivas de Bancos Comerciais.
- ii) Carteira de Investimentos que compreende a captação através de CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), Empréstimos específicos, câmbio e outras atividades exclusivas de Bancos de Investimentos.
- iii) Carteira de Crédito, Financiamento e Investimento que compreende o crédito direto ao consumidor, a captação de recursos através de cambiais e

outras atividades exclusivas de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento.

iv) Carteira de Crédito Imobiliário que compreende operações de crédito imobiliário, captação através de cadernetas de poupança, letras imobiliárias e outras operações exclusivas de Sociedades de Crédito Imobiliário.

O autor salienta que “para uma instituição ser configurada como um banco múltiplo, ela deve operar pelo menos duas das carteiras apresentadas, uma delas necessariamente de banco comercial ou de banco de investimento”.

Adverte Colli e Fontana (1996, p.36), a razão social da instituição múltipla deve conter obrigatoriamente a palavra BANCO, ainda que possa ser formada pelo seu nome, seguido da identificação das Carteiras em que opera.

Percebe-se desta forma a nomenclatura de todos os bancos atualmente, em cumprimento da legislação.

2.8 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NÃO BANCÁRIAS

As instituições assim classificadas por Assaf Neto (2001, p. 78) são as que não apresentam capacidade de emitir moeda ou meios de pagamento, como os bancos comerciais. Cabe reforçar que esses bancos seguem as normas legais e vigentes a todas as demais instituições do SFN e seu funcionamento e constituição dependem de autorização do BACEN.

Os bancos de desenvolvimento, ainda existentes, constituem-se em instituições públicas de esfera estadual, que operam como repassadoras de recursos do Governo Federal e fazem parte da política de desenvolvimento regional que tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e social da região onde atuam. (MELLAGI FILHO, 1994, p. 29)

As cooperativas de crédito são equiparadas a instituições financeiras, com base na Lei nº 4.595/64, uma vez que atende as exigências e procedimentos. A Lei 5.764/71 definiu a Política Nacional de Cooperativismo como sendo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originados de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido o seu interesse público, e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. Fortuna (2005, p. 30) relata também que ficou estabelecido: celebram o contrato de sociedade cooperativa as pessoas que mutuamente se obrigam a colaborar com bens ou serviços para prática de uma atividade econômica, de utilidade comum, sem objetivar o lucro.

Os bancos de investimento são os grandes provedores de crédito de médio e longo prazo no mercado, suprimindo de capital fixo ou de giro as empresas (ASSAF NETO, 2001, p78). Segundo Gonzalez (2006, p.40) consistem nas principais características a captação de recursos por meio de repasses de origem interna ou externa e proibição de manter contas correntes. Assim como podem dedicar-se também à prestação de vários tipos de serviços, tais como: avais, fianças, custódias, administração de carteiras de títulos e valores mobiliários etc. (ASSAF NETO, 2001, p.78).

As sociedades de crédito imobiliário, consoante a Resolução nº 2.735/00 do BACEN que define essas instituições. São parte do SFN especializadas em operações de financiamento imobiliário e constituídas sob a forma de sociedade anônima. Assaf Neto caracteriza de forma objetiva o funcionamento dessas sociedades:

[...] voltam-se ao financiamento de operações imobiliárias, que envolvem a compra e a venda de bens imóveis. Prestam apoio financeiro também a outras operações do setor imobiliário, como vendas de loteamentos, incorporações de prédios etc. Essas instituições costumam levantar os recursos necessários por meio de letras imobiliárias e cadernetas de poupança.

As sociedades de crédito, financiamento e investimento ou também chamadas de financeiras tem por função o financiamento de bens duráveis a pessoa física ou jurídica. (FORTUNA, 2005, p. 33) As sociedades financeiras são assim classificadas por Assaf Neto:

- independentes quando atuam sem nenhuma vinculação com outras instituições do mercado financeiro;
- ligadas conglomerados financeiros ou grandes estabelecimentos comerciais;
- ligadas a grandes grupos industriais, como exemplo montadoras de veículos.

Podem as sociedades de crédito realizar as operações de transações sob contratos de mútuos ou financiamentos de compra e venda, negociação de títulos de crédito e participar em operações de interesse de outras empresas. Assim Mellagi Filho (1994, p. 31) apresenta o conceito ao título das promotoras de vendas, servindo como elo entre o consumidor final, o lojista e a financeira, por meio de contratos específicos, em que figuram com poderes especiais e também garantia dos contratos intermediados, efetuando o financiamento. Convém reforçar que dependem da autorização do Governo para funcionar, devendo-se constituir sob a forma de sociedades anônimas sujeitas à fiscalização do BACEN.

Outra forma de sociedade de leasing, é exemplificada por Fortuna (2005, p. 37):

Tais sociedades nasceram do reconhecimento de que o lucro de uma atividade produtiva pode advir da simples utilização de um equipamento e

não de sua propriedade. [...] a operação de leasing se assemelha a uma locação, tendo o cliente, ao final do contrato, as opções de renová-la, de adquirir o equipamento pelo valor residual fixado em contrato ou devolvê-lo à empresa.

As sociedades de arrendamento mercantil, regulamentadas pelo CMN através da Lei nº 6.099/74, ainda que sua integração ao SFN se deu com a publicação da Resolução nº 351, de 1975, tem por objetivo o arrendamento de bens imóveis e móveis, de produção nacional, classificáveis no ativo fixo, adquiridos pela sociedade arrendadora para uso da arrendatária.

2.9 INSTITUIÇÕES AUXILIARES DO MERCADO

As Bolsas de Valores assim apresentadas por Assaf Neto (2001, p. 81) como associações civis sem finalidade lucrativas, cujos patrimônios são constituídos por títulos patrimoniais adquiridos por seus membros. As corretoras de seguro, por sua vez, são instituições exclusivamente para realizar a intermediação financeira nos pregões. E também as sociedades distribuidoras juntamente com os agentes autônomos de investimento.

Mellagi Filho (1995, p. 90) mostra algumas das atividades competentes à Bolsa de Valores na garantia aos seus investidores em manter estrutura administrativa e local adequado para as negociações, fiscalizando o cumprimento das normas e disposições legais no Mercado de Ações a fim de se garantir um mercado livre e aberto.

2.10 INSTITUIÇÕES NÃO FINANCEIRAS

Apresentadas por Assaf Neto (2001, p. 83) em duas instituições, as sociedades de fomento comercial – *factoring* e as companhias seguradoras. Com a definição de empresas de *factoring*, como não financeiras de caráter comercial operando por meio de aquisições de duplicatas, cheques de forma similar ao desconto bancário.

As seguradoras estão consideradas no sistema financeiro pela Lei nº 4.595/64 que enquadrou-as sem contudo introduzir grandes modificações na legislação aplicável a atividade, assim são obrigadas a aplicar parte de suas reservas no mercado acionário.

2.11 COSIF

Por meio da circular nº 1.273/87 o BACEN estabeleceu o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Tem por objetivo racionalizar a utilização de contas, unificar as demonstrações financeiras, recomendar princípios, convenções, critérios, técnicas e procedimentos contábeis necessários à análise, avaliação do desempenho e divulgação das informações econômicas e financeiras das instituições integrantes do SFN. (BACEN, 2008)

De modo semelhante Assaf Neto (2002, p. 265) interpreta como normas gerais e critérios de escrituração contábil das instituições financeiras editadas pela COSIF, confrontando com a utilização dos princípios fundamentais de contabilidade.

A COSIF está dividida em quatro capítulos, selecionados pelo BACEN:

- ✓ No primeiro capítulo, caracteriza-se pela apresentação das normas básicas, consolidados os princípios, critérios e procedimentos contábeis que devem ser seguidos;
- ✓ No segundo capítulo, o elenco de contas onde são apresentadas as contas integrantes do plano contábil e respectivas funções;
- ✓ No terceiro, informa os documentos que delimita os modelos de documentos de natureza contábil que devem ser elaborados pelas instituições abrangidas pela COSIF; e
- ✓ No quarto capítulo, em forma de anexo onde são evidenciadas as normas editadas por outros organismos (IBRACON, CPC, etc.) que foram recepcionadas para aplicação às instituições

Conforme estabelecido pela COSIF as normas e procedimentos são obrigatórios para as seguintes instituições:

- a) os bancos múltiplos, os comerciais, de desenvolvimento e de investimento;
- b) as sociedades de crédito, financiamento e investimento;
- c) as sociedades de crédito ao microempreendedor; as caixas econômicas;

- d) as sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo;
- e) as sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e câmbio;
- f) as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários;
- g) as cooperativas de crédito; sociedade de arrendamento mercantil;
- h) os fundos de investimento; as companhias hipotecárias;
- i) as agências de fomento ou de desenvolvimento; as administradoras de consórcio; e as empresas em liquidação extrajudicial.

Um dos objetivos é a padronização das demonstrações contábeis como forma de atender a determinação da COSIF. Abaixo outras importantes características a serem seguidas e evidenciadas no plano de contas:

- a) é proibido constar na demonstrações financeiras títulos e subtítulos não padronizados, exceto na DMPL e na DOAR;
- b) o sistema de aglutinação de contas nos modelos de publicação;
- c) as contas são dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez;
- d) identificação do resultado por ação, dividendo por ação e demais destinações do resultado;
- e) elaboração das peças contábeis, de forma comparada a igual período anterior.

São complementadas as operações através da publicação das notas explicativas e quadros suplementares visto que garantem maiores informações também exigidas em consonância à COSIF. Devem ser elaborados, especialmente sobre o resumo das principais práticas contábeis, critérios de constituição das provisões para depreciação, amortização, encargos e riscos, investimentos relevantes em outras sociedades e o cálculo de dividendos.

Com relação à publicação de demonstrações financeiras, é obrigatória a elaboração e apresentação da seguinte maneira:

- a) mensalmente, no último dia do mês: Balancete Patrimonial e Analítico, Estatística Bancária Mensal e Global e Estatística Econômico-Financeiro;
- b) em 30 de junho além dos exigidos no item “a”, é exigido o Balanço Patrimonial Analítico, Balanço Patrimonial, Balanço Patrimonial Analítico Consolidado – Posição Consolidada da Sede e Dependências no Exterior, Demonstrações do Resultado do semestre e DMPL do semestre; e
- c) em 31 de dezembro, não só as demonstrações dos itens “a” e “b” mas também Demonstração do Resultado do Exercício e DMPL do exercício.

Frisa-se que na elaboração das Demonstrações Financeiras das S.A, deve-se observar também os preceitos da Lei nº 6.404/76 e a Nova Lei das S.A, outro assim no caso de sociedade anônima de capital aberto também deve ser observado as normas e instrução da CVM e normas gerais expedidos pelo BACEN.

2.9 INDICES NA AVALIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

O método e as fórmulas aqui esclarecidos foram de certo modo citadas para atender as características do estudo e selecionadas entre tantas, com referência em autores com trabalhos na área como: Matarazzo, Braga, Martins, Assaf Neto e Zdanowicz.

2.12.1 Método de Análise das Demonstrações Contábeis

Na análise das demonstrações de Instituições Financeiras observa-se pouca atenção ao assunto, pois tradicionalmente as técnicas são voltadas para as empresas comerciais e industriais. (ASSAF NETO, 2002, p. 272)

Reflete o autor que a compreensão adequada na análise de balanço nesse setor exige um nível de conhecimento específico da dinâmica das operações financeiras e certas características nas demonstrações que tornam o raciocínio conflitante com o usualmente adotado.

Percebe-se o que preconiza o autor quando Matarazzo (1998, p. 41) adverte “ a análise das demonstrações financeiras exige noções do seu conteúdo, significado, origens e limitações.”

Embora tenha variação na nomenclatura – análise contábil, análise financeira, análise econômico - financeira ou análise de balanços, justifica Braga (1999, p. 124) que o objetivo é igual para todos. Observar e confrontar os elementos patrimoniais e os resultados das operações, buscando o “conhecimento minucioso de sua composição qualitativa e de sua expressão quantitativa, de modo a revelar os fatores antecedentes e determinantes da situação atual [...] e o comportamento no futuro da empresa.”

Nessa mesma diretriz Matarazzo (1998, p. 30) ensina que a análise de balanço

“permite uma visão da estratégia e dos planos da empresa analisada; permite estimar o seu futuro, suas limitações e suas potencialidades.”

Foi considerado no estudo os valores das demonstrações financeiras consolidadas, utilizando-se a evolução dos saldos contábeis com relação ao conglomerado financeiro (ver anexo B, com empresas pertencentes ao grupo). Tal posicionamento adotado quando:

Uma empresa que tenha investimento relevante em outra, mantendo influencia preponderante na gerência desta, pode ser mais corretamente avaliada e analisada se consolidarmos as demonstrações contábeis [...]. Assim, a dimensão econômico-financeira de uma entidade econômica, como “comandante” de um conglomerado de recursos, é mais importante para o analista [...] (BRAGA, 1999, p. 122)

Ainda segundo Assaf Neto (2002, p.258) pode ser feita uma identificação dos problemas na instituição com base em seus demonstrativos financeiros, avaliando a natureza de suas contas e modificações nos principais grupos de contas (ativo, passivo e resultados).

Indicadores serão formados pela relação das contas patrimoniais e de resultado indicadas pela COSIF. Deve-se entender esses indicadores como medidas que apontam uma tendência de desempenho, evidenciando pontos fortes e fracos.

Pela falta de um senso comum em definir um conjunto de indicadores econômicos que melhor evidenciaria o tipo de instituição aqui analisado, ainda assim as técnicas a serem utilizadas variam muito de autor para autor, nos fez partir pela escolha mais usada em processos de avaliação de instituições do setor. Sem ter o objetivo de esgotar todas as possibilidades existentes. Aliás, admite Martins (2001, p.337) quando na avaliação de empresas:

[...] não existe um conjunto de princípios de avaliação correto, não existe uma alternativa que, por definição, seja a única correta, o que por consequência, transformaria as demais em incorretas. Existe, isso sim, uma alternativa que, para certos fins, produz informações mais ricas do que as demais. Nenhuma dessas alternativas, porém, é por si só, capaz de atender a todas as necessidades de todos os usuários.

Buscando métodos para análise, com base na interpretação de Braga (1999, p.131) é citado na literatura quatro métodos principais para o exame analítico das demonstrações contábeis:

- b. Diferenças absolutas – baseia-se “na comparação entre duas situações de cada vez, mediante a apuração das diferenças absolutas entre os valores monetários de uma mesma conta ou de um mesmo grupo, de uma data para outra.

- c. Percentagens horizontais – também chamado de análise por números-índices, determina a “tendência dos valores absolutos ou relativos das diversas grandezas monetárias, apurando-se o percentual de crescimento ou declínio de valores de uma mesma conta ou grupo de contas, entre duas datas e/ou períodos considerados.”
- d. Percentagens verticais (análise de estrutura) – este método consiste “no relacionamento dos valores das contas de cada grupo com montante do respectivo grupo, bem como do montante de cada grupo com o total.”
- e. Quocientes (índices) – resume-se a “em estabelecer-se uma razão entre duas ou mais quantidades monetárias ou físicas.”

Utilizaremos técnicas quantitativas de análise nos quocientes ou índices, efetuando uma relação entre grupos de contas das Demonstrações Financeiras envolvendo um conjunto de indicadores de maneira que evidencie determinado aspecto da situação econômica e financeira da empresa.

Matarazzo (1998, p. 154) nos lembra que não é importante a grande quantidade, mas de um conjunto que permita conhecer a situação da empresa, segundo a necessidade.

No que tange a verificação deste trabalho, será observada a Instituição em questão, com um conjunto de índices divididos em dois aspectos referentes à situação financeira⁹ (estrutura e liquidez) e situação econômica¹⁰ (rentabilidade), dessa maneira buscar na interpretação dos índices/quocientes uma visão ampla da situação.

2.12.2 Índices de Estrutura

Os índices desse grupo mostram linhas de decisão financeira da instituição em termos de obtenção e aplicação de recursos, evidenciando o grau de endividamento e o valor patrimonial para os acionistas. (MATARAZZO, 1998)

$$\text{Participação de Capitais de Terceiros} = \frac{\text{Capitais de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

⁹ Refere-se a dinheiro. Dinamicamente, representa a variação de Caixa. Estaticamente, representa o saldo de Caixa. (Matarazzo, 1998, p. 268)

¹⁰ Refere-se a lucro, no sentido dinâmico, de movimentação. Estaticamente, refere-se a patrimônio líquido e contas de resultado. (Matarazzo, 1998, p. 268)

Reflete o endividamento da empresa, de quanto tomou de capitais de terceiros para cada \$100 de capital próprio. Tipo de índice onde o parâmetro é quanto menor, melhor. (MATARAZZO, 1998).

$$\text{➤ Imobilização dos Capitais Próprios} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Demonstra o grau de imobilização dos capitais próprios, indicando até que ponto estão imobilizados. Tipo de referencia onde quanto menor o índice, melhor são as fontes de recursos financiados (Braga, 1999, p. 137). Ainda que a Medida provisória nº 449/08 e a Lei nº 11.941/09 retifiquem a estrutura do Balanço Patrimonial, foi adotada a nomenclatura do autor, pois o estudo é baseado em demonstrativos anteriores a publicação. Além de atender ao objetivo, foi utilizado o mesmo critério nas padronizações.

$$\text{➤ Lucro por Ação} = \frac{\text{Lucro Líquido do Exercício}}{\text{Número de Ações em Circulação}}$$

Índice utilizado no mercado de ações por parte dos investidores pretende comparar o valor do lucro obtido em cada uma das ações em circulação, em comparação com o Lucro Líquido do exercício. Matarazzo (1998, p. 311)

O índice ilustra o quanto cada ação individual lucrou no período de apuração do resultado líquido, após todas as deduções. Não quer dizer que será o recebimento de cada acionista no retorno do seu investimento, pois esses valores são definidos pela política de cada instituição.

$$\text{➤ Valor Patrimonial} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Número de ações emitidas}}$$

O valor resultante indica a quantia que cada ação participou do patrimônio líquido da instituição, ou seja, por Assaf Neto (2002, p. 222) “a valor patrimonial de uma ação representa a parcela do capital próprio da empresa que compete a cada ação emitida.”

➤ Índice de Solvabilidade = $(0,11 \times APR) + (0,20 \times SW) + (0,75 \times APRC) + EC$
onde, conforme Moreira (2007, p. 6):

PLE = Patrimônio Líquido exigido em função do risco das operações ativas;

APR = Ativo Ponderado pelo Risco;

SW = risco das operações de swap¹¹;

APRC = risco das operações com ouro e variação cambial; e

EC = risco de mercado de taxa de juros prefixadas.

Também chamado de Índice da Basileia II, por ser abordado no Pilar II do Novo Acordo da Basileia. Indicado para administração de risco dentro do mercado bancário auxilia nos processos de supervisão. Documento intitulado “Melhores Práticas para Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional” editado em fevereiro de 2003. (FEBRABAN, 2008) Tem como índice mínimo estabelecido pelo BACEN de 11% por meio da Circular nº 2.784/97, evidenciando se o capital da instituição está ou não adequado ao risco de suas operações.

2.12.3 Índices de Liquidez

Segundo Zdanowicz (1998, p. 61), a análise de liquidez visa a mensuração da capacidade financeira da empresa em pagar os seus compromissos de forma imediata, curto e a longo prazo.

Índice que reflete a capacidade financeira da instituição em atender prontamente toda demanda por recursos de caixa, pode ser generalizada como sendo uma habilidade da instituição em gerar capital de maneira a atender suas obrigações passíveis. Assaf Neto (2002, p.279)

Risco que a instituição corre em não possuir recursos líquidos para honrar com seus compromissos do passivo. Devemos tratar o grau de liquidez com cautela, pois dependemos da natureza das aplicações e a rapidez com que estes podem ser convertidos renda. Abaixo selecionados três índices sem a intenção de mensurar de forma exata, pois dependemos de muitas variáveis. Mas demonstrar um valor representativo que ilustre a posição da empresa.

$$\text{➤ Encaixe Voluntário} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Depósitos a Vista}}$$

O índice de Encaixe (reservas) Voluntário identifica “a capacidade financeira imediata de um banco em cobrir saques contra depósitos a vista”. Resultado com valores maiores dão

¹¹ Para Assaf Neto (2001, p. 351) são acordos estabelecidos entre duas partes visando a uma troca de fluxos de caixa futuros por um certo período de tempo, obedecendo a uma metodologia de cálculo previamente definida. Funciona como um mecanismo de segurança para Instituição contra variações no cambio.

segurança a instituição para compensar eventuais necessidades de caixa, porém ao mesmo tempo estão deixando de aplicar em outras fontes de rendimento. (ASSAF NETO, 2002, p. 279)

$$\text{➤ Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades} + \text{Aplicações Interfinanceiras de Liquidez}}{\text{Depósitos a Vista}}$$

Índice na concepção de Assaf Neto (2002, p. 280) representando a capacidade da instituição em cobrir integralmente os depósitos a vista e parte dos depósitos a prazo. Comenta também que na avaliação geralmente são somadas as disponibilidades do banco e suas aplicações financeiras negociáveis a qualquer momento.

$$\text{➤ Índice Empréstimos/Depósitos} = \frac{\text{Operações de Crédito}}{\text{Depósitos}}$$

Através do resultado pode-se ter um índice com relação entre o capital emprestado e quanto foi captado sob a forma de depósitos. Definido por Assaf Neto (2002, p. 280) quanto menor o coeficiente melhor indica maior capacidade da instituição em honrar com eventuais saques da conta de seus clientes. Lembra ainda o autor “uma maior participação dos empréstimos determine maiores receitas de juros à instituição, promovendo melhor rentabilidade”.

Diante dessa idéia percebe-se uma “tarefa complicada” em definir os valores da operação, valores muito subjetivos para se definir apenas com base nos demonstrativos, sem ter conhecimento a fundo no setor.

2.12.4 Índices de Rentabilidade

Matarazzo (1998) considera a análise de rentabilidade como sendo o principal relatório baseado nas demonstrações financeiras de que os dirigentes de uma empresa podem fazer uso, relacionando simultaneamente todas as contas do balanço e demonstração do resultado, indicando a remuneração do capital dos seus proprietários e desempenho econômico da organização. Lembrando, como todo negócio existe uma relação risco-retorno.

$$\text{➤ Retorno sobre Ativo} = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Ativo}}$$

Ativo Total - Lucro Líquido

Significa quanto à empresa gera de lucro para cada valor do ativo investido no total. Mostra qual a rentabilidade do negócio. Pode ser comparado a quanto maior o índice maior o retorno do capital próprio investido no ativo total. (ASSAF NETO, 2002, p. 233)

$$\text{➤ Retorno s/ Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Relaciona quanto os acionistas ganham em consequência do capital investido. Tendo, quanto maior o percentual, melhor, a margem de lucro para os investidores. (MATARAZZO, 1998, p.312)

$$\text{➤ Retorno Sobre o Investimento Total} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

O Retorno sobre o investimento total assim definido por Assaf Neto, “exprime os resultados das oportunidades de negócios acionadas pelo Banco. É uma medida de eficiência influenciada principalmente pela qualidade do gerenciamento da lucratividade dos ativos e juros passivos”. (2002, p. 285)

$$\text{➤ Índice de Eficiência Operacional} = \frac{\text{Despesas Operacionais}}{\text{Receitas de Intermediação Financeira}}$$

Indicador muito útil, pois relaciona as despesas operacionais com todas as receitas auferidas pela instituição em suas atividades básicas, demonstrando a produtividade e a necessidade de estrutura operacional para manter suas atividades. (Assaf Neto, 2002, p. 286)

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA EMPRESA

O capítulo atual aborda primeiramente a Organização Itaú. Empresa estudada, que para melhor compreensão do seu comportamento, durante o período analisado, descreve-se um histórico desde a sua criação, para entender sua área de atuação e segmento de mercado.

Na segunda parte, utilizar-se-á gráficos indicativos, representando as tendências aqui identificadas através de índices calculados com base nas demonstrações contábeis do Banco Itaú S.A. e como um todo, o conglomerado financeiro com seus balanços consolidados para simplificar a compreensão. Por fim o entendimento do estudo de caso com aspectos relacionados ao processo de reorganização societária empenhado pela Organização no período pós-plano Real até 2007.

3.1 BANCO ITAU S/A – CONTEXTO HISTÓRICO

Na década de 40, segundo histórico retrato pelos relatórios da administração do Banco, é em meio a uma economia conturbada pelo início da II Guerra Mundial, o início de um período da economia com menor controle estatal, o governo federal brasileiro determinou o fechando das filiais dos bancos representantes dos países inimigos envolvidos na Guerra (Alemães e Italianos). Nesse mercado, em 30 de dezembro de 1943, é fundado o Banco Central de Crédito S.A. por Alfredo Egydio de Souza Aranha e, de posse das autorizações (cartas patentes), iniciou suas atividades em 1944. Em 1952 o governo federal recomenda a alteração da razão social, face a criação do Banco Central do Brasil. Assim, o nome foi alterado para Banco Federal de Crédito S.A.

Após 15 anos, em 1959, é convidado para direção do banco, o sobrinho do fundador, Sr. Olavo Egydio Setubal, a fim de ampliar a participação no mercado. No ano de 1961 com o falecimento de Alfredo Egydio de Souza Aranha é eleito novo diretor-presidente Eudoro Libânio Villela. Inicia-se a reestruturação do banco com estratégia de expansão e ainda no final daquele ano, é adquirido o Banco Paulista de Comércio S.A.

A primeira fusão se deu em 1964 quando da compra do Banco Itaú S.A. pertencente a empresários mineiros, surge o Banco Federal Itaú S.A. Logo em 1966, já com Lei da Reforma Bancária em vigor, que autorizava o funcionamento de Bancos de Investimentos privados, surgiu a fusão com o Banco Sul Americano do Brasil S.A., e passou a ter a denominação de

Banco Federal Itaú Sul Americano S.A. Nova fusão é realizada em 1969, com o Banco da América S.A., passando a denominação de Banco Itaú América S.A. com uma rede de 274 agências.

Durante a década de 70, crescia o investimento de capital estrangeiro e a indústria automobilística. O Banco, mantendo seu objetivo de ampliação, compra o Banco Aliança S.A. em fevereiro de 1970. Em seguida, no início do ano em 1973, com a incorporação com o Banco Português do Brasil, a razão social foi alterada para Banco Itaú S.A., por ser um banco nacional (o nome em tupi-guarani, que significa pedra-escura, originária da cor clínquer, mineral utilizado na fabricação do cimento). Em 1974, após negociações com o BACEN, é incorporado o Banco União Comercial S.A, e no final do ano é criada a ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A., exercendo a liderança do Conglomerado Itaú, controlando as empresas financeiras, industriais e securitárias.

O banco entrou na década de 80 com aproximadamente 38.000 funcionários e com uma economia nacional em crise (inflação e recessão). A instituição então inaugurou a primeira agência fora do país, em Nova York nos Estados Unidos, e no final do mesmo ano inaugurou outra agência em Buenos Aires, na Argentina. Já em 1985 ocorreu a incorporação do Banco Pinto Magalhães. Com a promulgação da Resolução nº 1.524/88 do CMN, o banco se organiza como banco múltiplo, unificando as carteiras que antes eram feitas por empresas diferentes do grupo.

O início da década de 90 foi marcado por profundas mudanças no setor financeiro brasileiro e alteração na direção do Banco Itaú. Assumiu a diretoria executiva Carlos da Câmara Pestana e diretor geral Roberto Egydio Setubal. Também foi criado o Private Bank com intenção de atender pessoas físicas de grandes recursos.

No ano de 1994 assume a presidência executiva do Banco, Roberto Egydio Setubal fazendo expandir sua rede internacional. A Itaúsa Portugal constitui o Banco Itaú Europa S.A., instalado em Lisboa, Portugal. Já em Buenos Aires a agência é convertida no Banco Itaú Argentina S.A., após aprovação do governo argentino. Conforme o site institucional da organização no ano de 1995, “um novo período de aquisições se inicia.” O banco assume o controle acionário do Banco Francês e Brasileiro S.A.. Nesse mesmo ano surge o Itaú Personalité, destinado a segmentação dos clientes de alta renda. Em 1997 adquire o Bamerindus Luxembourg, passando a ser chamado Banco Itaú Europa Luxembourg, a fim de atender clientes no mercado financeiro internacional, controlado pela holding Itaúsa Portugal. No Brasil o Itaú, em leilão de privatização, adquire o Banco BANERJ S.A.

O processo de aquisições continua, na privatização do Banco do Estado de Minas Gerais S.A – Bemge, no ano de 1998. No mesmo ano também a aquisição do Banco Del Buen Ayre, incorporado ao Itaú Argentina, hoje Itaú Buen Ayre, onde a rede passou para 94 unidades na região de Buenos Aires. No ano 2000, em novo leilão de privatização é adquirido o controle acionário do Banco do Estado do Paraná S.A. – Banestado. No final de 2001 o Banco do Estado de Goiás S.A. (BEG) foi privatizado e incorporado pelo Banco Itaú.

Em associação com o BBA Creditanstalt o Itaú cria o Itaú BBA, como banco de atacado. No mesmo ano de 2002 é anunciada a reorganização societária, resultando na criação do Banco Itaú Holding Financeira S.A., passando a administrar e controlar as empresas financeiras do conglomerado. Ainda naquele ano é adquirido o controle acionário do Banco Fiat, no mercado de bens de consumo. No fim do ano é adquirido o Banco AGF e a AGF Vida e Previdência, juntamente com suas carteiras de vida e previdência da AGF Brasil Seguros.

Intensificando sua ação no mercado de cartões de crédito, no ano de 2004, aumenta sua participação no Capital Social do Conglomerado Credicard – formado pelo Credicard Banco S.A., Orbitall e Redecard. Inicia uma parceria com o Grupo Pão de Açúcar, na criação da Financeira Itaú CBD S.A e criada a Taií – Financeira Itaú (Trishop Promoções e Serviços), ambas voltadas para segmento de financiamento e empréstimos pessoais.

Em novas parcerias no ano de 2005, o Banco Itaú Holding Financeira S.A. se associou a Lojas Américas S.A. com intuito de criar nova financeira a fim de atender os clientes das Lojas Americanas, Americanas Express e Americanas.com, no segmento de crédito ao consumidor. Em maio de 2006 o Itaú adquiriu o BankBoston no Brasil, um acordo entre Instituição e o Bank of America Corporation dando direitos de exclusividade nas operações do BankBoston no Chile e no Uruguai. Em junho recebeu a certificação sobre Controles Internos em cumprimento a lei americana Sarbanes-Oxley¹². No mesmo ano, associou-se com o grupo XL Capital Ltda. e em parceria foi criada uma nova companhia de seguradora, a Itaú XL Seguros Corporativos S.A., dedicando-se a negócios de grandes riscos de seguros comerciais e industriais.

Encerrada a parceria com o Citibank, após 33 anos, decidiram separar as operações da operadora de cartão Credicard e da carteira de clientes, e a partir de 2007 o Itaú passa a

¹² Importante legislação do mercado de capitais nos Estados Unidos que alcança todas as empresas com ações junto à comissão de valores mobiliários estadunidenses. Publicada em 30 de julho de 2002 após escândalos contábeis envolvendo grandes corporações no país, com objetivo de recuperar a confiança dos investidores através de normas corporativas. (Silva; Robles Junior, 2007)

vender cartões somente com a sua marca (Itaucard e Itaú Personnalité). Se mantendo no mercado de fusões e compras, é adquirido definitivamente o Bank Boston pelo Itaú.

No início de 2007, o processo de integração do Bank Boston foi finalizado. Resultando na aquisição das operações no Chile e no Uruguai. No exterior também foram concluídas as aquisições do BankBoston Internacional (BBI), com sede em Miami, BankBoston Trust Comapany Limited (BBT), com sede em Nassau. Em junho adquiriu a carteira do ABN AMRO em Miami e Montevideú. Ainda no mesmo mês o Banco alienou 23% do total de ações da empresa Redecard S.A., exclusiva Credenciadora das Bandeiras MásterCard e Diners no Brasil. Em meados de outubro a organização cria a empresa Kinea, especializada na gestão de fundos de investimentos alternativos, voltados para segmento de pessoas físicas de alta renda. Finalizando o ano, com uma crescente demanda por crédito em todos os segmentos, o Banco Itaú fechou parceria com a LPS Brasil – Consultoria de Imóveis S.A. para expansão de produtos financeiros imobiliários.

O banco hoje tem sua formação com base na seguinte visão e valores, descritos abaixo na sua íntegra:

“Ser o Banco líder em performance e perene, reconhecimento sólido e ético, destacando-se por equipes motivadas, comprometidas com a satisfação dos clientes, com a comunidade e com a criação de diferenciais competitivos. Os valores mais importantes de um banco não se guardam em cofres¹³. O compromisso de compartilhar e praticar valores faz parte da historia do Itaú. O respeito ao ser humano, o comportamento ético, o estrito cumprimento das leis e a vocação para o desenvolvimento são os princípios que fundamentam a cultura e direcionam a atuação do Banco.”

Ao longo do período deste estudo o Banco Itaú S.A. abordou o seguinte slogan: “Toda grande conquista nasce de um ideal. Este é o nosso.” Podemos observar assim uma organização sólida, com os objetivos bem definidos e conservando suas lideranças no topo do organograma da Instituição.

3.2 ANÁLISE DOS INDICADORES

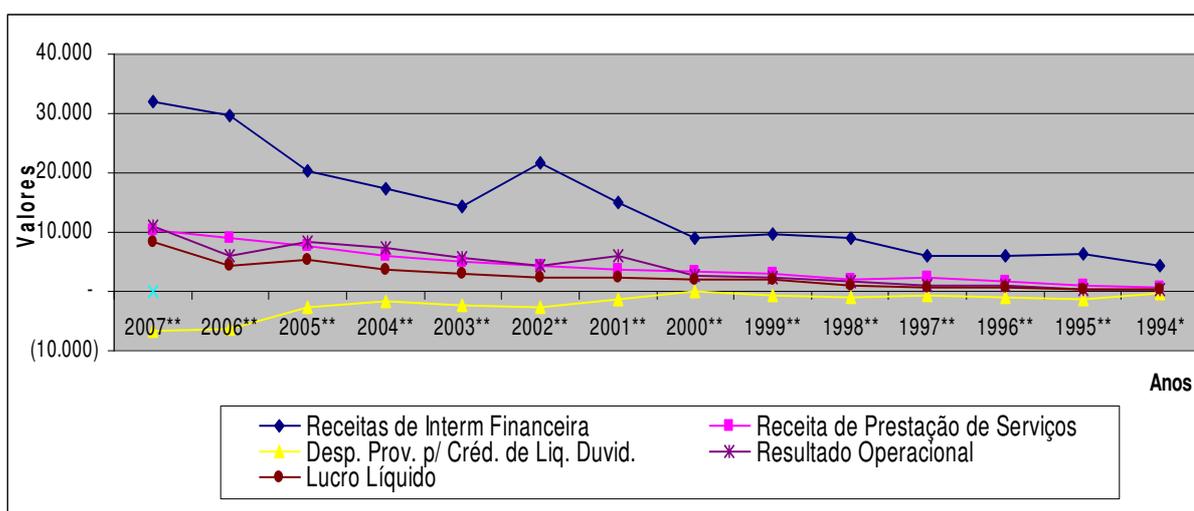
Os valores recolhidos foram transcritos de relatórios emitidos da administração nos respectivos anos em evidência. Cabe lembrar que as disposições das contas dentro dos demonstrativos financeiros são regulamentadas pela COSIF e em observação aos Princípios

¹³ Citado quando se refere a todos seus colaboradores.

Fundamentais da Contabilidade. Tentou-se selecionar algumas contas com objetivo de comparar aos eventos econômicos ocorridos no período do estudo. Os valores representam a organização em momento estático, todos retidos no encerramento do exercício social, em 31 de dezembro.

As contas pertencentes a Demonstração do Resultado do Exercício, fornecem os resultados econômicos da instituição dentro de um determinado exercício social. Dentro do período em estudo, abaixo as contas selecionadas servirão para cálculo do fluxo econômico.

Consta no quadro 5, as Receitas de Intermediação Financeira e Receitas de Prestação de Serviços, ambas englobam as receitas auferidas em suas atividades operacionais básicas. O Resultado Operacional antes da tributação do governo e participações específicas no resultado da Instituição, seguido do Lucro Líquido após todas as deduções e descontos.

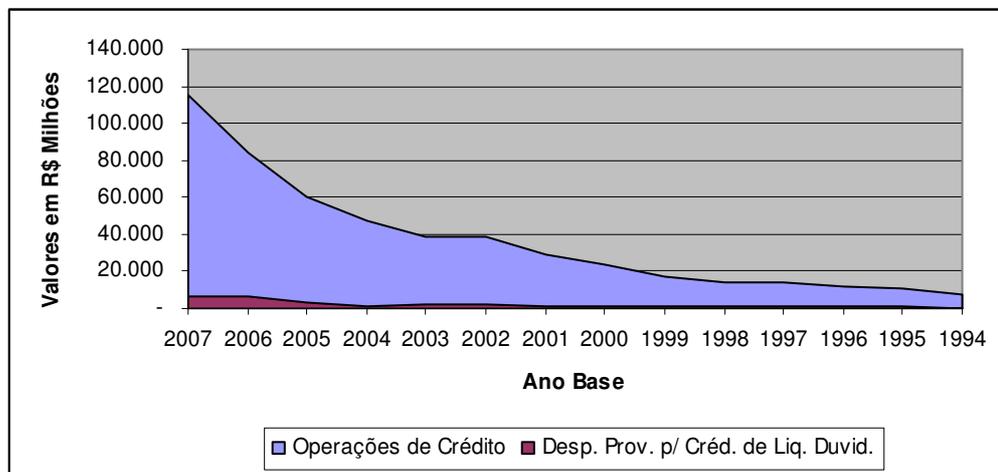


Quadro 5 – Comparativo entre as principais Contas de Resultado (R\$ em Milhões)
Fonte: adaptado dos relatórios de Administração, vários anos do Banco Itaú S.A

O quadro 5 revela uma constante nos resultados do Lucro Líquido e na Receita de Prestação de serviços até o ano 2000 em comparação ao observado da linha de Receita de Intermediação Financeira. Pequeno aumento na conta Receitas com Intermediação Financeira até o ano 2000. Nesta conta, nota-se um acréscimo significativo de 39% logo após implantação do plano Real deve-se observar a aquisição do Banco Francês e Brasileiro S.A. (BFB), considerado um banco com carteira de clientes de alta renda e de atendimento a empresas de médio porte.

Nos anos seguintes até 2000, foi sensível variação. No ano de 1997, período realizado a aquisição do Banco Bamerindus Luxembourg na Europa e no Brasil com a privatização do Banco BANERJ S.A. Após o ano 2003 tiveram uma redução nas receitas, depois de dois anos

de aumento. Neste período, importantes aquisições foram realizadas pelo grupo, porém com eleição presidencial e aumento da concorrência, o resultado voltou a crescer chegando ao total de R\$ 32.129 Bilhões em 2007.



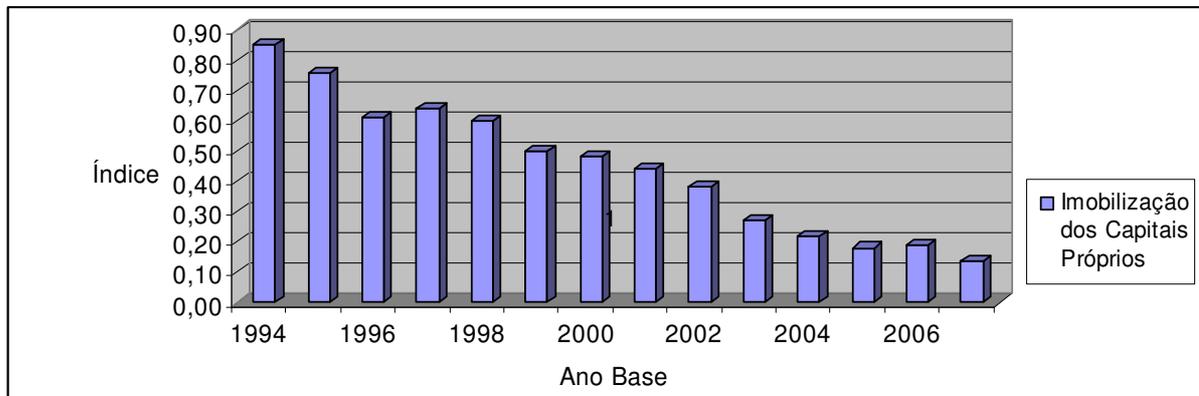
Quadro 6 – Relação Operações com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
Fonte: adaptado dos relatórios de Administração, vários anos do Banco Itaú S.A

A variação a partir do ano 2000, na conta de Créditos de Liquidação Duvidosa, deve-se ao aumento do fornecimento do crédito de maneira geral no mercado financeiro e a provisão como garantia nos níveis de risco na concessão. Observa-se o ano 2000 com despesas de R\$ 764 milhões e no final da análise em 2007, R\$ 6.563 bilhões. Comparado as duas contas, de Operações de Crédito com sua provisão para devedores duvidosos (quadro 6), mostra a proporção na carteira de crédito excluindo avais e fianças, indicando o elevado crescimento do ano 2000 de R\$ 23.674 milhões para R\$ 115.548 milhões em 2007. Vale ressaltar que os valores aqui mencionados, não estão corrigidos monetariamente com a inflação do período.

Consolidando o que em todos os relatórios de administração projetavam, do aumento no fornecimento de crédito vinculado a provisão da inadimplência do mercado em menores proporções. Podemos citar a aquisição ou associação, a outras instituições financeiras incorporando assim suas carteiras de clientes, como Banco Fiat e AGF em 2003, associação com as Lojas Américas S.A. em 2005 e aquisição do BankBoston em 2006, aumentando seus clientes no exterior. Observou-se ainda o aumento na participação nas empresas do segmento de cartão de crédito e empréstimos pessoais, como no Conglomerado Credicard e criação da Taií Financeira para empréstimos a pessoa física. Ao final de 2006, o faturamento com cartões somava R\$ 35,3 bilhões para organização.

Identificado pelo quadro 7, o quociente de Imobilização dos Capitais Próprios do ano de 1994 a 2007 teve consecutiva redução no período. Neste caso do Banco Itaú, se deu no

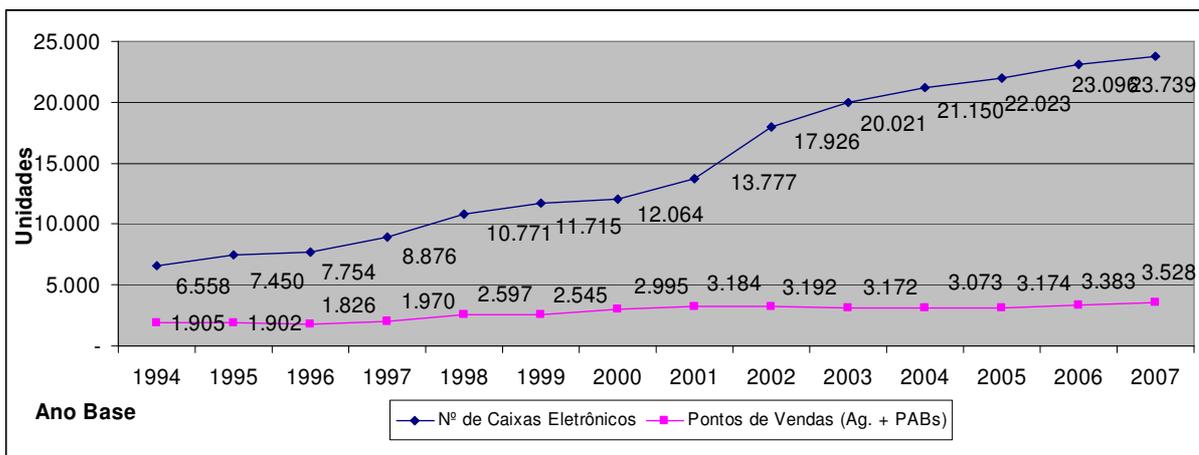
aumento significativo da conta do Patrimônio Líquido que encerrou ano de 1994 em R\$ 3.150 milhões e no ano 2007 em R\$ 28.969 milhões.



Quadro 7 – Índice de Estrutura – Imobilização dos Capitais Próprios

Fonte: adaptado dos relatórios de Administração, vários anos do Banco Itaú S.A

Enquanto que o total de Ativos Permanente se manteve constante, apesar das aquisições, os pontos de vendas e imóveis de uso se mantiveram, crescendo no valor dos sistemas de processamento de dados, o que identifica investimento em tecnologia.



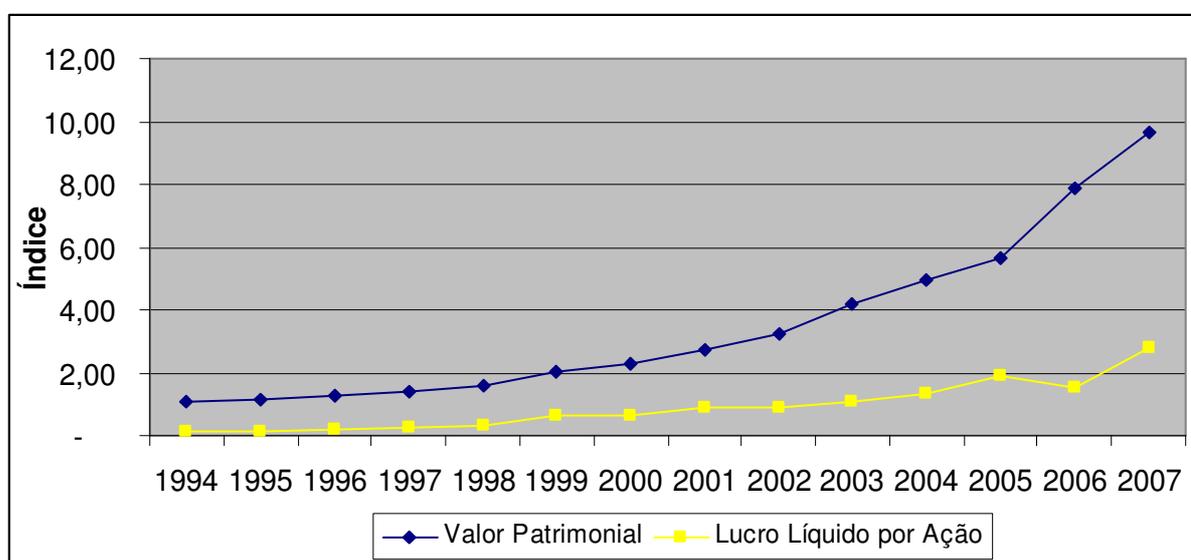
Quadro 8 – Indicativo da quantidade: Pontos de Venda e Número de Caixas Eletrônicas

Fonte: adaptado dos relatórios de Administração, vários anos do Banco Itaú S.A

O quadro 8 demonstra o rápido aumento no número de agências até o ano de 2000, após cresceu em menor velocidade, diferente da quantidade de caixas eletrônicos instalados que duplicou, de 12.064 unidades no ano 2000 para 23.739 unidades em 2007. Pode-se entender também que instalação de caixas eletrônicos além de trazer satisfação ao cliente e comodidade, teria menor custo que manter uma agência bancária completa, com todos os custos envolvidos. Porém a instituição deverá analisar o retorno na venda de outros produtos e serviços com atendimento personalizado.

O quadro 9, apresenta a variação no lucro e valor patrimonial por ação (média

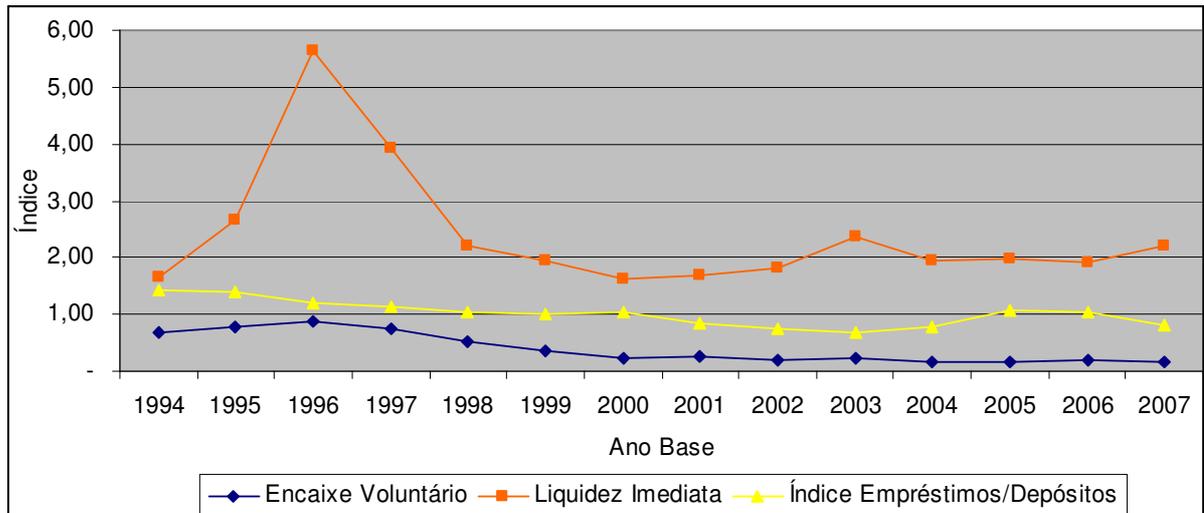
ponderada da quantidade em circulação). Após o ano 1998 há um ganho crescente em potencial dos resultados gerados pela instituição. A redução no índice de lucro líquido por ação no ano 2006 foi resultado do menor lucro líquido no resultado consolidado da controladora, comparado ao número de ações que durante todo o período (1994 a 2007) se manteve em média constante. O resultado apurado foi com base na inclusão dos efeitos da aquisição do BankBoston, conforme especificado em notas explicativas no balanço. A organização explica ainda que foi recolhido e provisionou impostos e contribuições com base no lucro de R\$ 6.220 milhões, excluindo os efeitos da aquisição do BKB.



Quadro 9 – Índice de Estrutura – Lucro por Ação e Valor Patrimonial
Fonte: adaptado dos relatórios de Administração, vários anos do Banco Itaú S.A.

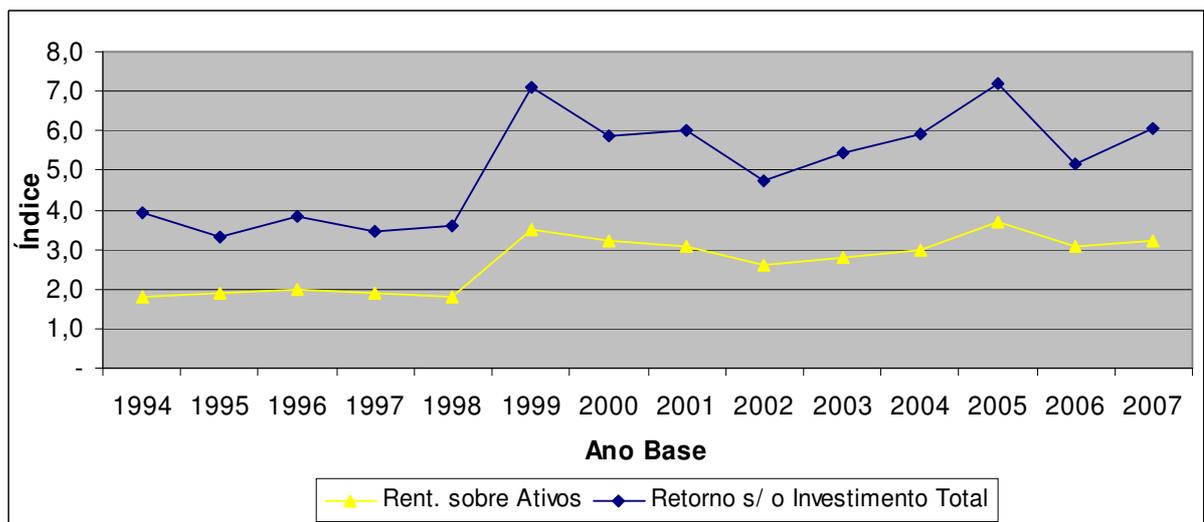
De modo semelhante se comportou o índice de Valor Patrimonial (Quadro 9), mas com acentuada elevação até 2007. Este quociente que independe do resultado do exercício, apenas diretamente relacionado com valor do Patrimônio Líquido pelo número de ações emitidas. Assim verifica-se o aumento na conta do patrimônio da organização, relacionado ao aumento do Capital Social com incorporações de ações e lucro de exercícios anteriores.

Conforme quadro 10, no relacionamento dos três índices de liquidez, percebeu-se a capacidade financeira da instituição em atender seus clientes a qual vem diminuindo no Encaixe Voluntário e no quociente das operações de crédito por depósitos. Notamos no índice o aumento no fornecimento de crédito, uma das atividades que prosperaram após 1994. Iniciada com a inflação controlada, redução nas taxas de juros da economia no ano 1998 e oferta de crédito foi o responsável pela boa lucratividade.



Quadro 10 – Índice de Liquidez – Encaixe Voluntário, Liquidez Imediata e Índice Empréstimos/Depósitos
Fonte: adaptado dos relatórios de Administração, vários anos do Banco Itaú S.A.

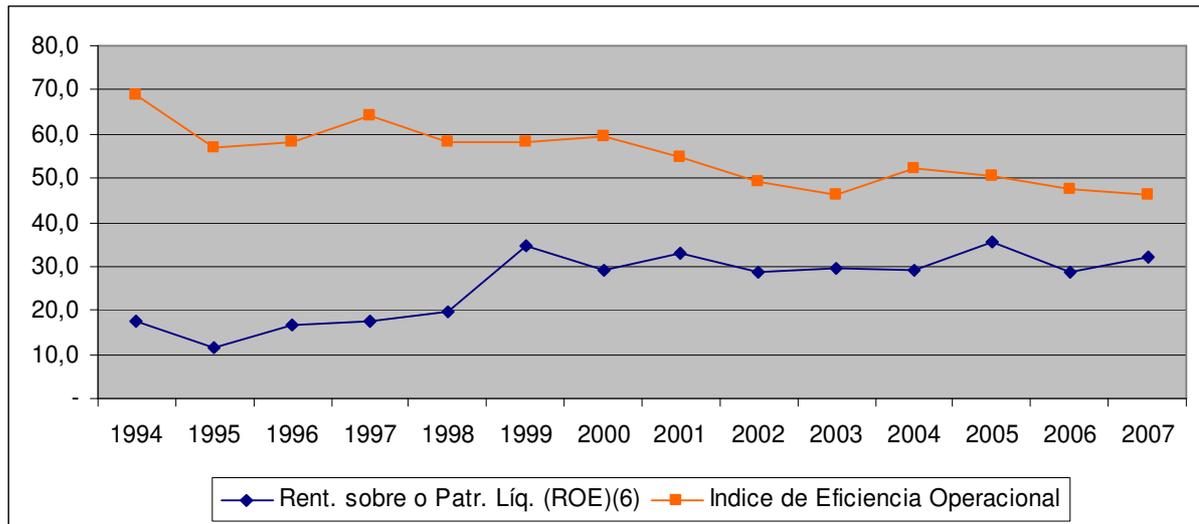
Sua liquidez imediata teve alta expressiva em 1996. As disponibilidades, numerador da equação, do ano 95 para 96 pouco variou, porém é somada com o súbito aumento nas aplicações interfinanceiras de alta liquidez. A diferença aponta para conta Aplicações no Mercado Aberto, com aplicações para outros bancos rentáveis e em títulos federais que elevou o índice para 5,63%. Na seqüência do período, seguiu com pequenas variações no índice de liquidez, no sentido de manter o capital de terceiros aplicado em ativos rentáveis



Quadro 11 – Índice de Rentabilidade – Retorno sobre Ativo e Retorno sobre o Investimento Total
Fonte: adaptado dos relatórios de Administração, vários anos do Banco Itaú S.A.

A instituição até o ano 1998, veio em rentabilidade estável (Quadro 11), a partir desta data demonstrou um crescimento no índice. Referente ao Retorno sobre Ativos em 1998 de 1,8% evoluiu para 3,5% em 1999. Devemos relacionar a alguns fatos importantes no aumento

da confiança na economia brasileira, com a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, as privatizações do Banco do Estado de Minas Gerais (BEMGE) e a recente aquisição do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ), após ter passado por um processo de modernização. Com relação ao retorno sobre o Investimento total teve grandes variações após 1998, após uma grande elevação de 1,8% para 3,6% em 1999, teve redução para 2,14% em 2002, com recuperação até 2007.



Quadro 12 – Índice de Rentabilidade – Retorno sobre o Patrimônio Líquido e Eficiência Operacional
Fonte: adaptado dos relatórios de Administração, vários anos do Banco Itaú S.A

A rentabilidade do Patrimônio Líquido teve rápido crescimento até o ano de 1999, após houve uma pequena redução. Nota-se a criação de diferenciais competitivos até o ano 2000, obtendo resultados para seus clientes. Nessa perspectiva de incentivos identifica-se na Eficiência Operacional, sua melhora ao longo do período com aumento das receitas operacionais e rigoroso controle dos custos para redução das despesas operacionais. (ver Quadro 12).

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este capítulo é estruturado em três subseções para melhor compreensão do resultado final do estudo. Primeiro compara-se o resultado obtido com o problema da pesquisa. No segundo será resgatado o tema e objetivos específicos com os resultados gerais da aplicação prática. No terceiro é feita sugestão de estudos para guiar futuras pesquisas na área.

4.1 QUANTO AO PROBLEMA DA PESQUISA

Conclui-se que apesar da crescente importância do tema, não existe uma literatura específica sobre reorganização societária nas instituições financeiras, como ocorre em outros ramos da contabilidade. Dessa forma, este estudo contribui para o conhecimento pela pesquisa desenvolvida, tanto para o meio empresarial quanto para o acadêmico.

Após o Plano Real, fato gerador de profundas mudanças no Brasil, observado pelo desenrolar da economia verifica-se que, de um modo geral, também ocorreram profundas mudanças no setor bancário. Com isso, o setor sentiu a necessidade de melhorar e ampliar a política estratégica para garantir seus retornos sobre o capital. O setor bancário foi dinâmico, exigindo estratégias rápidas na tomada de decisão para seguir no mercado contra seus concorrentes e ainda depender da credibilidade dos clientes.

No estudo de caso do Banco Itaú S.A., observa-se que, as aquisições realizadas foram dentro do segmento de atuação que o Banco já vinha exercendo. Assim, agregando outras instituições financeiras. Desde a sua fundação o Banco teve uma política de expansão para com o mercado, se mostrando propenso a aumentar seus ativos. A partir do ano de 1994, a aquisição de instituições tornou-se mais evidente. Na política adotada pela Instituição, foram negociados com bancos públicos e privados. No caso dos públicos, quando privatizados sofreram reformas para se adequar aos padrões Itaú, servindo de meios para captação de novos clientes e ativos. Viu-se ainda a expansão na carteira de clientes no exterior, com agências e criação de instituições pertencentes ao grupo em outros países, como Argentina, Chile, Estados Unidos, Tóquio e Portugal. Do mesmo modo, em se tratando das instituições privadas, foram adquiridos em concorrência com outros bancos. O Itaú atende a todas as classes sociais, tanto pessoa física quanto jurídica, resultado das incorporações de bancos

diferentes. Porém com os serviços e atendimento segmentados para receber ao público específico.

Outra forma que deu-se a entender, foi a maior oferta de crédito no mercado financeiro. A organização efetuou parcerias com outras empresas do setor para ampliar sua oferta de produtos e serviços financeiros, como a do BBA Creditanstalt, parceria com o Grupo Pão de Açúcar e aumento na participação no Credicard Banco S.A., na Redecard e com as Lojas Americanas S.A.. Outra opção para fornecimento do crédito, foi a criação de empresas, como Taií – Financeira Itaú.

O estudo realizado tornou possível, com maior grau na informação, devido as notas explicativas exigidas em consonância a COSIF, e conformidade com a CVM e BACEN. Além da Organização Itaú publicar em todos os seus relatórios da administração um parecer de auditores externos dando respaldo e garantindo as informações fidedignas divulgadas.

4.2 QUANTO AOS OBJETIVOS

Do exposto, pode-se perceber o desempenho econômico-financeiro da organização Itaú, no período em análise, diagnosticado como apropriado para setor. Com o intuito de alcançar o objetivo da pesquisa, alguns objetivos específicos foram delimitados para responder a questão. Esses auxiliaram no desenvolvimento da fundamentação teórica, dando suporte no entendimento dos dados obtidos.

Foi possível, dessa maneira, responder a questão da análise do desempenho nas reestruturações societárias realizadas pelo Banco Itaú S.A., em consideração para com o cenário econômico do período. Diante de um contexto histórico, procurou-se explanar o cenário econômico brasileiro onde está inserida a Instituição.

Neste estudo apresentou-se o Sistema Financeiro Nacional classificado por finalidade e tipos de instituições. As situações econômicas foram abordadas em dois momentos, antes do plano Real e após sua implantação em 1994. Apresentada por meio de quadros comparativos, evidenciando a adaptação do setor bancário e dessa forma soluções encontradas pelos bancos em resposta as políticas do governo. Assim na estabilidade econômica, os bancos tiveram que rever e ajustar suas estratégias a fim de manter suas receitas, assim como antes do plano Real.

O resultado apresentado do Banco Itaú já era esperado tendo em vista sua participação no mercado, afirmada com os indicadores em evolução de rentabilidade, de liquidez e

estrutura. Mostrou também, que o comportamento apresentado foi característico desde segmento de mercado.

Pode-se concluir que, em processos de reestruturação, nas parcerias realizadas com empresas do setor ou na constituição de novas instituições foram parte das estratégias de mercado empenhadas pela Organização Itaú.

Demonstrou dessa forma seus objetivos, em manter-se no mesmo segmento de mercado, trabalhando com instituições financeiras sendo elas bancárias ou não. Com utilização do capital de terceiros, tendo como escopo a prestação de serviços e de produtos financeiros.

Por fim, todos esses projetos realizados pelos seus administradores do Banco Itaú S.A, se mostraram eficazes, evidenciado pelo lucro líquido com crescimento constante e elevado, desde 1994. Trazendo dessa forma, credibilidade aos seus clientes e parceiros comerciais.

4.3 SUGESTÃO PARA FUTUROS ESTUDOS

Recomenda-se, para estudos posteriores ao tema abordado. Um comparativo entre as instituições que realizaram operações de reestruturação societária e as que não realizaram.

Para os anos de 2008 e 2009, marcados pela crise econômica a nível global, mensurando as alterações no mercado e sem perder o escopo do trabalho nas instituições financeiras

Associar empresas do setor bancário a empresas de outros segmentos da economia para comparação se teve essa mesma evolução após o plano Real, incluindo outros indicadores de desempenho como Valor do Patrimônio por Ação.

Relacionar um período de tempo menor, a fim de dar ênfase e um maior aprofundamento da questão, optando por uma reestruturação específica.

As sugestões aqui apresentadas são voltadas a todos, que de alguma maneira estão envolvidos com reorganização societária.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. **Monografia no curso de Administração: guia completo de conteúdo e forma: inclui normas atualizadas da ABNT**. São Paulo: Atlas, 2004.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade Avançada: de acordo com as novas exigências do MEC**. São Paulo: Atlas, 1997.

ALMEIDA, Ricardo Cintra de. Bancos. **Sistemas da Qualidade e Resultado: um estudo de caso no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1998.

ALVES, Carlos André de Melo; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **A Divulgação do Risco Operacional Segundo Recomendações do Comitê da Basiléia: estudo em Bancos com Carteira Comercial no Brasil**. In: Congresso USP, 6., 2006, São Paulo, Brasil. Controladoria e Contabilidade: USP, 2006.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro: comercio e serviços, indústrias, bancos comerciais e múltiplos**. 7. ed. São Paulo: Altas, 2002.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 4. ed. São Paulo: Altas, 2001.

AZEVEDO, Denny Paulista. **Sistema Financeiro Nacional**. São Paulo: Denny Paulista, 1995.

BACEN. **Banco Central do Brasil**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Vários acessos.

BACHA, Edmar Lisboa; Oliveira Filho, Luiz Chrysostomo de. **Mercado de Capitais e dívida pública: tributação, indexação, alongamento**. Rio de Janeiro: ANBID, 2006.

BARROS, Betania Tanure de. **Fusões e aquisições no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia: um guia para iniciação científica**. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BEUREN, Ilse Maria (Org.); et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

BNDS – **Banco Nacional do Desenvolvimento Social**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em 01/05/2009.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis. Estrutura, Análise e Interpretação**. São Paulo: Atlas, 1999.

BRASIL, **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispões sobre as sociedades por ações.

BRASIL, **Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009**. Altera dispositivos da legislação tributária e na Lei das S/As, estabelecendo novos métodos e critérios contábeis.

BRASIL, **Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

COLLI, José Alexandre. **Contabilidade Bancária**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

CORAZZA, Gentil. **Crise e Reestruturação Bancária no Brasil**. 2000. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2000_08.pdf>. Acesso em: março de 2009.

COSIF – **Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br>>. Vários acessos.

CRC-SP - Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo. **Curso de Auditoria de instituições financeiras**. São Paulo: Atlas, 1994.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

DUANE, Ireland R. **Administração estratégica: competitividade e globalização**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

DUARTE, Marcus Tadeu. **Avaliação de empresas: um estudo de caso da metodologia utilizada no processo de cisão da Eletrosul**. 1999. Monografia (Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

FEBRABAN – **Federação Brasileira de Bancos**. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br>>. Vários acessos.

FERREIRA, Ademir Antonio. **Gestão Empresarial: de Taylor aos nossos dias: evolução e tendências da moderna administração de empresas**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

FIPECAFI, Coordenadores: IUDICBUS, Sergio de, MARTINS, Eliseu e GERBCKE, Ernesto Rubens – **Manual de contabilidade da Sociedades por Ações**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: produtos e Serviços**. 16 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Comercial**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da Administração Financeira**, 7 ed. Ed Harbra, 1997.

GOMES, Josir Simeone. **Controle de gestão na era da globalização**. Revista Brasileira de Contabilidade, São Paulo, n. 104, p 52 – 62, 1997.

GOMES, Luiz Flavio Autran Monteiro. **Tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GONÇALEZ, Orivaldo. **Câmbio: Exportação e Importação, Fundamentação Teórica e Rotina Bancária**. São Paulo: Lex, 2006.

ITAÚ – **Banco Itaú S.A.** Disponível em: <<http://www.itaubank.com.br>>. Vários acessos.

IPEADATA – **Instituto de Pesquisa Aplicada**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acessado em 20/05/2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; Marion, José Carlos. **Contabilidade Comercial**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

KPMG Corporate Finance. **Pesquisa de Fusões e Aquisições 2007 – 4º trimestre: espelho das transações realizadas no Brasil**. Disponível em: <http://www.kpmg.com.br/publicacoes/fusoes_aquisicoes/2007/fusoes_4otrim_2007.pdf>. Acesso em: maio de 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

LOPES DE SÁ, Antonio. **Lucro Inflacionário: expressão fantasiosa**. Revista Brasileira de Contabilidade, São Paulo, n. 90, p. 14 – 16, 1994.

MRTINS, Eliseu (Org.). **Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica**. São Paulo: Atlas, 2001.

MATARAZZO, Dante Carmine **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial: como avaliar empresas, análise da gestão de caixa, análise da gestão de lucro, desempenho da diretoria**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MELLAGI FILHO, Armando. **Mercado Financeiro e de capitais: uma introdução**. São Paulo: Atlas 1993.

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MOLINA, Wagner de Souza Leite. **A Reestruturação do Sistema Bancário Brasileiro nos anos 90: menos concorrência e mais competitividade?**. Intellectus – Revista Acadêmica Digital das Faculdades UNOPEC. Sumaré-SP, ano 02, nº 03, ago./dez. 2004.

MOREIRA, Bruno Ciuffo. **Ativos Fiscais Diferidos: Risco ou Oportunidade para as Instituições Financeiras Brasileiras?**. In: Congresso USP, 2007, São Paulo. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos72007/535.pdf> Acessado em 20/05/2009.

PERES JUNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luiz Martins de. **Contabilidade Avançada**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PÁDUA, Elizabete Matallo Marchesinide. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico - prática**. 14 ed. São Paulo: Papirus, 2004.

- PAULA, Luiz Fernando. **Tamanho, dimensão e concentração do Sistema bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil.** *Nova Economia*. Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 87 – 116, 1998.
- REIS, Luiz Filipe Souza Dias. **Gestão da excelência na atividade bancária.** Rio de Janeiro: Qualitymark Ltda. Rio de Janeiro, 1998.
- SANTOS, José Luiz dos et al. **Contabilidade Avançada: aspectos Societários e Tributários.** São Paulo: Atlas, 2003.
- SANTOS, José Luiz dos. **Contabilidade societária: atualizado pela Lei nº 10.303/01.** São Paulo: Atlas, 2002.
- SANTOS, José Luiz dos. **Demonstrações contábeis das Companhias Abertas: de acordo com a nova Deliberação da CVM nº 488/05.** São Paulo: Atlas, 2006.
- SANTOS, José Luiz dos; SCHIMIDT, Paulo. **Contabilidade Societária: atualizado pela Lei nº 10.303/01.** São Paulo: Atlas, 2002.
- SANTOS, Vilmar Pereira dos. **Manual de Diagnóstico e Reestruturação Financeira de Empresas.** São Paulo: Atlas, 1999.
- SILVA, Adriano Gomes da; Robles Junior, Antonio. **Os impactos na atividade de auditoria independente com a introdução da Lei Sarbanes-Oxley.** *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, vol. 19 nº 48, set./dez. 2008.
- STEINBERG, Herbert. **A dimensão humana da governança corporativa: pessoas criam as melhores e piores práticas.** Herbert Steinberg. São Paulo: Gente, 2003.
- WRIGHT, Peter. **Administração Estratégica, conceitos.** São Paulo:Atlas, 2000.
- .

ANEXOS

ANEXO A - Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) no seu ritmo evolutivo ao mês como medida síntese da inflação nacional. Período jul/1989 até nov/2007.

ANEXO B – Respectivas participações do Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. sobre suas principais empresas controladas (diretas e indiretas), bem como o país de origem de cada uma delas.

ANEXO C - Breve resumo das reorganizações societárias realizadas pelo Banco Itaú S.A.

ANEXO D - Resumo dos Principais Indicadores

ANEXO A - Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) no seu ritmo evolutivo ao mês como medida síntese da inflação nacional. Período jul/1989 até nov/2007.

Período	Inflação%	Período	Inflação %	Período	Inflação %	Período	Inflação%
1989.07	35,91	1994.11	2,85	1999.10	1,7	2003.10	0,38
1989.08	36,92	1994.12	0,84	1999.11	2,39	2003.11	0,49
1989.09	39,92	1995.01	0,92	1999.12	1,81	2003.12	0,61
1989.12	47,13	1995.02	1,39	2000.01	1,24	2004.01	0,88
1990.01	61,46	1995.03	1,12	2000.02	0,35	2004.02	0,69
1990.02	81,29	1995.05	0,58	2000.03	0,15	2004.03	1,13
1990.04	28,35	1995.06	2,46	2000.04	0,23	2004.04	1,21
1990.05	5,93	1995.08	2,2	2000.07	1,57	2004.06	1,38
1990.06	9,94	1995.09	-0,71	2000.08	2,39	2004.07	1,31
1990.11	16,86	1995.10	0,52	2000.09	1,16	2004.08	1,22
1990.12	18	1995.11	1,2	2000.10	0,38	2004.09	0,69
1991.01	17,7	1995.12	0,71	2001.01	0,62	2004.10	0,39
1991.02	21,02	1996.01	1,73	2001.02	0,23	2004.11	0,82
1991.08	15,25	1996.03	0,4	2001.03	0,56	2004.12	0,74
1991.10	22,63	1996.05	1,55	2001.04	1	2005.01	0,39
1991.11	25,62	1996.06	1,02	2001.05	0,86	2005.02	0,3
1991.12	23,63	1996.10	0,19	2001.06	0,98	2005.03	0,85
1992.02	27,86	1996.12	0,73	2001.07	1,48	2005.04	0,86
1992.04	19,94	1997.01	1,77	2001.08	1,38	2005.05	-0,22
1992.05	20,43	1997.03	1,15	2001.10	1,18	2005.06	-0,44
1992.07	21,84	1997.05	0,21	2001.11	1,1	2005.08	-0,65
1992.08	24,63	1997.06	0,74	2001.12	0,22	2005.09	-0,53
1992.10	26,76	1997.07	0,09	2002.01	0,36	2005.10	0,6
1992.11	23,43	1997.08	0,09	2002.02	0,06	2005.11	0,4
1993.01	25,83	1997.09	0,48	2002.03	0,09	2005.12	-0,01
1993.03	26,25	1997.11	0,64	2002.04	0,56	2006.01	0,92
1993.04	28,83	1997.12	0,84	2002.06	1,54	2006.02	0,01
1993.06	31,5	1998.01	0,96	2002.07	1,95	2006.03	-0,23
1993.08	31,79	1998.03	0,19	2002.09	2,4	2006.06	0,75
1993.09	35,28	1998.04	0,13	2002.10	3,87	2006.08	0,37
1993.12	38,32	1998.08	-0,16	2002.11	5,19	2006.10	0,47
1994.01	39,07	1998.09	-0,08	2002.12	3,75	2006.11	0,75
1994.03	45,71	1998.10	0,08	2003.01	2,33	2007.01	0,5
1994.04	40,91	1998.12	0,45	2003.02	2,28	2007.02	0,27
1994.05	42,58	1999.02	3,61	2003.03	1,53	2007.04	0,04
1994.06	45,21	1999.03	2,83	2003.04	0,92	2007.05	0,04
1994.07	40	1999.05	-0,29	2003.05	-0,26	2007.06	0,26
1994.08	7,56	1999.06	0,36	2003.07	-0,42	2007.09	1,29
1994.09	1,75	1999.07	1,55	2003.08	0,38	2007.10	1,05
1994.10	1,82	1999.09	1,45	2003.09	1,18	2007.11	0,69

ANEXO B – Respectivas participações do Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. sobre suas principais empresas controladas (diretas e indiretas), bem como o país de origem de cada uma delas.

Empresa	País de Constituição	Participação em % 31/03/2009
Afinco Americas Madeira, SGPS, Sociedade Unipessoal, LDA	Portugal	100,00
Banco Dibens S.A. (1)	Brasil	100,00
Banco Fiat S.A.	Brasil	99,99
Banco Itaú Argentina S.A. (2)	Argentina	99,99
Banco Itaú BBA S.A.	Brasil	99,99
Banco Itaú Chile S.A.	Chile	99,99
Banco Itaú Europa Luxembourg S.A. (3)	Luxemburgo	99,98
Banco Itaú Europa, S.A. (3)	Portugal	99,99
Banco Itaú Uruguay S.A.	Uruguai	100,00
Banco Itaú S.A.	Brasil	100,00
Banco ItauBank S.A.	Brasil	100,00
Banco Itaucard S.A.	Brasil	99,99
Banco Itaucred Financiamentos S.A. - (Taií)	Brasil	99,99
Banco Itauleasing S.A.	Brasil	99,99
BIU Participações S.A. (4)(9)	Brasil	66,15
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	99,99
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (1)(8)	Brasil	100,00
FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (4)	Brasil	50,00
Fiat Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	99,99
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (5)	Brasil	50,00
Hipercard Banco Múltiplo S.A. (1)	Brasil	99,99
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	99,99
Itau Bank, Ltd.(6)	Ilhas Cayman	100,00
Itaú Corretora de Valores S.A.	Brasil	99,99
Itaú Seguros S.A.	Brasil	100,00
Itaú Vida e Previdência S.A. (7)	Brasil	99,99
Itaú XL Seguros Corporativos S.A. (5)	Brasil	50,00
ItauBank Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (8)	Brasil	-
Itaúsa Export S.A. (3)	Brasil	100,00
OCA Casa Financiera S.A.	Uruguai	100,00
Orbitall Serviços e Processamento de Inf. Com S.A.	Brasil	99,99
Redecard S.A. (nota 2a) (9)	Brasil	50,00
Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. (1)	Brasil	100,00
Unibanco Holdings S.A. (1)	Brasil	100,00
Unibanco Cayman Bank Ltd. (1)	Ilhas Cayman	100,00
Unibanco Participações Societárias S.A. (1)	Brasil	51,00
Unicard Banco Múltiplo S.A. (1)	Brasil	99,99

Fonte: ITAÚ

(1) Empresas incluídas na consolidação a partir de 31/12/2008 em decorrência da Associação ITAÚ UNIBANCO.

- (2) Nova razão social do Banco Itaú Buen Ayre S.A., homologada pelo Banco Central de La República Argentina em 24/07/2008.
- (3) Aumento de participação em decorrência da aquisição de ações da Itausa Export S.A. e Itausa Europa S.A. pelo Banco Itaú S.A. em novembro de 2008. Em 31/03/2008 empresas caracterizadas como coligadas incluídas na consolidação, com autorização da CVM, para melhor apresentação da unidade econômica, controladas pela Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.
- (4) Empresas com controle compartilhado incluídas proporcionalmente na consolidação.
- (5) Empresa com controle compartilhado, incluída integralmente na consolidação, com autorização da CVM, em função da gestão do negócio pelo ITAÚ UNIBANCO.
- (6) Não contempla a participação das Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 10g).
- (7) Em 2009, nova Razão Social da Unibanco Vida e Previdência S.A..Em 2008, empresa incorporada pela Unibanco Vida e Previdência S.A. na reorganização societária ocorrida em fevereiro de 2009.
- (8) Empresa incorporada pela Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil na reorganização societária ocorrida em fevereiro de 2009.
- (9) Aumento de participação decorrente da Associação ITAÚ UNIBANCO.

ANEXO C - Breve resumo das reorganizações societárias realizadas pelo Banco Itaú S.A.

Ano Base	Fatos Relevantes
1994	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Constituído o Banco Itaú Europa S.A., localizado em Lisboa – Portugal; ✓ Convertida agência de Buenos Aires para Banco Itaú Argentina S.A.;
1995	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assume o controle acionário do Banco Francês e Brasileiro S.A. (BFB); ✓ Criação do Itaú Personnalité;
1996	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aprimorado o sistema credit-scoring e behavior scoring para análise de crédito; ✓ Parceria com o Bankers Trust New York Corp. criam uma joint-venture, o banco IBT Corporate Finance;
1997	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Adquire o Banco Itaú Europa Luxembourg (ex-Bamerindus Luxembourg), controlado pela holding Itaúsa Portugal; ✓ Adquire em leilão o Banco BANERJ S.A.;
1998	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Adquire o controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais S.A. – Bemge ✓ Aquisição do Banco Del Buen Ayres, incorporado ao Itaú Argentina;
1999	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A fusão do Banco Itaú Argentina e do Banco Del Buen Ayre foi completada, dando origem ao Banco Itaú Buen Ayre S.A.;
2000	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Adquire em leilão de privatização, o Banco do Estado do Paraná S.A. – Banestado;
2001	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aquisição na privatização do Banco do Estado de Goiás S.A. (BEG);
2002	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Associação com o BBA Creditanstalt, resultado no banco de atacado Itaú BBA S.A. ✓ Início das operações do Banco Itaú na Bolsa de Valores de Nova York;
2003	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criação do Banco Itaú Holding Financeira S.A., controladora do conglomerado; ✓ Adquirido o controle acionário do Banco Fiat S.A.; ✓ Adquire o Banco AGF e a AGF Vida e Previdência e a AGF Brasil Seguros;
2004	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criada a Taií – Financeira Itaú (Trishop Promoções e Serviços) ✓ Parceria com Grupo Pão de Açúcar, cria a Financeira Itaú CBD S.A – CFI; ✓ Aumento no Capital Social do Conglomerado Credicard – formado pelo Credicard Banco S.A., Orbitall e Redecard;
2005	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estabelece contratos de parceria com o bancos BPI (Portugal), Unicredito (Itália) e La Caixa (Espanha); ✓ Associação para criar nova instituição financeira com as Lojas Americanas S.A.;
2006	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compra do private banking do BankBoston, e sua exclusividade das operações no Chile e no Uruguai; ✓ Acordo com o Bank of America Corporation para aquisição do capital do BankBoston International; ✓ Obteve certificação sobre Controles Internos da lei americana Sarbanes-Oxley; ✓ Associação com o grupo XL Capital Ltda, criou Itaú XL Seguros Corporativos S.A.; ✓ Terminado o processo de cisão com a Credicard, dividindo-se as operações;
2007	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Concluiu a aquisição da carteira do ABN AMRO em Miami e Montevideu; ✓ Transferência de parte das ações de emissão da SERASA S.A. à Experian Brasil Aquisições Ltda; ✓ Venda de parte da ações ordinárias da Redecard S.A.; ✓ Criação da Kinea especializada em gestão de fundos de investimentos alternativos; ✓ Parceria com a LPS Brasil – Consultoria de Imóveis S.A.

ANEXO D - Resumo dos Principais Indicadores

(Acumulado no Período) em R\$ Milhões														
Contas de Resultado	2007**	2006**	2005**	2004**	2003**	2002**	2001**	2000**	1999**	1998**	1997**	1996**	1995**	1994*
Receitas de Interm Financeira	32.129	29.740	20.292	17.271	14.359	21.707	14.869	8904	9.757	8.943	6.119	6.030	6.258	4.496
Receita de Prest. de Serv	10.174	9.097	7.737	6.165	5.121	4.277	3.699	3.465	3.159	2.124	2.202	1.798	856	574
Desp. Prov. p/ Créd. de Liq. Duvid.	(6.563)	(6.448)	(2.827)	(1.582)	(2.207)	(2.566)	(1.445)	(764)	(814)	(1.013)	(660)	(1.031)	(1.229)	(184)
Resultado Operacional	11.045	6.076	8.182	7.342	5.819	4.255	5.892	2.555	2.282	1.663	1.118	930	459	420
Lucro Líquido	8.474	4.309	5.251	3.776	3.152	2.377	2.389	1.841	1.869	880	721	592	343	392
Balço Patrimonial	2007**	2006**	2005**	2004**	2003**	2002**	2001**	2000**	1999**	1998**	1997**	1996**	1995**	1994*
Total de Ativos	294.876	209.691	151.241	130.339	118.738	111.141	81.416	69.555	51.911	48.995	46.357	32.068	24.445	18.259
Ativo Permanente	3.896	4.585	2.875	3.119	3.209	3.469	3.345	3.197	2.939	2.808	2.698	2.339	2.520	2.679
Patrimônio Líquido	28.969	23.564	15.560	13.971	11.879	9.036	7.583	6.642	5.907	4.651	4.198	3.842	3.337	3.150
Total de Depósitos	81.592	61.173	50.520	42.030	36.698	38.997	28.331	27.764	23.226	21.207	18.278	11.556	10.547	9.907
Total de Depósitos a vista	26.729	17.332	12.255	11.156	9.672	10.389	7.047	6.398	4.547	3.379	3.349	1.492	1.623	1.473
Disponibilidades	4.288	3.391	2.084	1.930	2.157	1.894	1.896	1.562	1.622	1.708	2.496	1.286	1.272	999
Aplicações Interfi. De Liquidez	55.115	29.816	22.046	19.747	20.780	16.972	10.070	8.725	7.240	5.771	10.619	7.120	3.037	1.410

Índices	2007**	2006**	2005**	2004**	2003**	2002**	2001**	2000**	1999**	1998**	1997**	1996**	1995**	1994*
Solvabilidade (BIS Ratio) ⁽⁵⁾	17,9	17,1	17,0	20,6	19,8	18,4	16,9	14,4	21,0	21,3	18,7	20,9	22,3	24,4
Rent. sobre o Patr. Líq. (ROE) ⁽⁶⁾	32,1	28,8	35,3	29,2	29,7	28,8	33,1	29	34,5	19,8	17,7	16,6	11,6	17,6
Rent. sobre Ativos (ROA)	3,2	3,1	3,7	3,0	2,8	2,6	3,1	3,2	3,5	1,8	1,9	2,0	1,9	1,8
Imobilização dos Cap. Próprios	0,13	0,19	0,18	0,22	0,27	0,38	0,44	0,48	0,50	0,60	0,64	0,61	0,76	0,85
Lucro Líquido por Ação	2,82	1,52	1,90	1,33	1,11	0,86	0,86	0,64	0,64	0,30	0,24	0,20	0,12	0,13
Valor Patrimonial	9,67	7,87	5,64	4,93	4,17	3,25	2,72	2,31	2,00	1,58	1,41	1,28	1,12	1,05
Encaixe Voluntário	0,16	0,20	0,17	0,17	0,22	0,18	0,27	0,24	0,36	0,51	0,75	0,86	0,78	0,68
Liquidez Imediata	2,22	1,92	1,97	1,94	2,37	1,82	1,70	1,61	1,95	2,21	3,92	5,63	2,65	1,64
Índice Empréstimos/Depositos	1,42	1,38	1,20	1,13	1,05	0,99	1,05	0,85	0,73	0,67	0,79	1,07	1,03	0,81
Retorno s/ o Investimento Total	2,87	2,05	3,47	2,90	2,65	2,14	2,93	2,65	3,60	1,80	1,56	1,85	1,40	2,15
Índice de Eficiência Operacional	46,2	47,6	50,3	52,4	46,1	49,3	54,7	59,5	58	58,3	64	58	57	69
Quantidades	2007**	2006**	2005**	2004**	2003**	2002**	2001**	2000**	1999**	1998**	1997**	1996**	1995**	1994*
Número de Funcionários	65.089	59.921	51.036	45.316	42.450	43.215	45.409	47.524	39.011	41.630	36.263	31.368	36.636	37.119
Pontos de Vendas	3.528	3.383	3.174	3.073	3.172	3.192	3.184	2.995	2.545	2.597	1.970	1.826	1.902	1.905
Nº de Caixas Eletrônicos	23.739	23.096	22.023	21.150	20.021	17.926	13.777	12.064	11.715	10.771	8.876	7.754	7.450	6.558

Fonte: adaptado Itaú

(*) Em moeda constante de 31 de dezembro de 1995. R\$ Milhões

(**) Legislação Societária.

(1) Oper. de Crédito: empréstimos, leasing e adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC).

(2) As garantias prestadas estão representadas por operações de avais, fianças e outras.

(3) Valores recalculados com base no ajuste do número de ações mencionados abaixo, para melhor comparabilidade.

(4) Número de ações ajustado, para melhor comparabilidade, pelo desdobramento efetuado em 16 de setembro de 1999.

(5) Calculado pelo Consolidado Econômico-Financeiro.

(6) Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio - ROE anualizado.